

Acção Socialista



N.º 1308 25 Junho 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Cartão do Cidadão chega a Lisboa em Julho



Governo presente em Coimbra

Novos projectos para o interior

10



Universidade de Verão do PS de Setúbal

Aprofundar o socialismo democrático

18

Executivo aprova medidas para minimizar impacto da alta dos combustíveis

20



Próxima entrevista pelos leitores do "Acção Socialista"

Jaime Silva, ministro da Agricultura

As perguntas podem ser enviadas até ao dia 2 de Julho para accaosocialista@ps.pt



1,8 mil milhões de euros de investimento em ferrovias para ligar portos e aeroportos

Na precisa altura em que Portugal, como o resto do mundo, enfrenta uma grave crise petrolífera, a aposta do Governo concentra-se nas ferrovias.

PERMITIR a intermodalidade no transporte de mercadorias e pessoas através da ligação por ferrovia de todos os portos, plataformas logísticas e aeroportos do país, é o objectivo estratégico subjacente ao plano de lançamento de 12 novas linhas de comboio da rede convencional que até 2015 o Governo socialista quer ter prontas, e que implicarão um investimento público total de 1,8 mil milhões de euros.

Assim, além das grandes obras públicas, como o novo aeroporto de Lisboa e o comboio de alta velocidade (TGV), o Executivo liderado por José Sócrates aposta num plano de investimentos na rede ferroviária tradicional intenso a médio prazo, visando igualmente o aumento em 70% do volume de mercadorias transportadas por comboio.

Suportado integralmente pelo Estado, este grande investimento, que corresponde a cerca de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB), beneficiará fundamentalmente as três ligações ferroviárias a portos ou unidades fabris, como é o caso da linha para o Porto de Aveiro e Cacia, que custará 73 milhões de



euros, para a Siderurgia Nacional, avaliada em 16 milhões de euros e para os portos de Sines e Elvas, projectos que atingem o custo de 625 milhões de euros, num esforço global que ronda os 714 milhões.

A linha do Norte também verá reforçados os apoios financeiros, bem como as linhas da Área Metropolitana de Lisboa.

No primeiro caso, as obras vão custar 324 milhões de euros e no segundo, 261 milhões.

Destaque-se que o Governo

prevê ainda que sejam feitas intervenções na linha do Minho, na variante de Alcácer, e na linha Castelo Branco-Guarda.

Segundo a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, este grande investimento público visa transferir parte das mercadorias transportadas por camião para o comboio, uma vez que o primeiro é um transporte mais lento e, além disso, as exigências europeias a nível ambiental vão no sentido da redução das emissões de

carbono, bem como da diminuição da dependência relativa aos combustíveis fósseis (com origem no petróleo).

Aposta estratégica na logística

Aliás, o próprio TGV deverá impulsionar o transporte de mercadorias através da ferrovia, conforme tem reiterado Ana Paula Vitorino.

Conforme o previsto no projec-

to português de alta velocidade, das três linhas prioritárias, duas delas (Lisboa-Madrid e Porto-Vigo) serão de passageiros e mercadorias.

Refira-se que o projecto do TGV para Portugal vai custar 9000 milhões de euros. A este montante juntam-se os 1,8 mil milhões de euros que serão aplicados em ferrovia tradicional, fazendo destas infra-estruturas aquelas onde o Executivo do PS mais vai investir nos próximos nove anos.

A ideia deste planeamento estratégico na mobilidade de pessoas e mercadorias pretende contribuir para o desenvolvimento nacional e para a convergência real com os países mais avançados da União Europeia.

Atribui-se, deste modo, o seu papel central à logística, que é um importante factor de determinação de localização de grandes investimentos.

A localização geográfica de Portugal, periférica em relação ao centro da Europa é, simultaneamente, um desafio e uma janela de oportunidade, na medida em que a mudança de paradigma que se impõe com a crise provocada pela alta galopante do preço do petróleo e dos combustíveis, focalize atenções na excelente localização dos portos portugueses, recolocando o nosso país nas rotas comerciais mundiais através de uma rede ferroviária bem estruturada. **M.R.**

MÁRIO LINO CRITICA LÍDER DO PSD

MÁRIO Lino acusou a nova líder do PSD de ser uma voz que vem do passado, afirmando que ela veio defender soluções para o país que já provaram não ser as mais adequadas.

O titular da pasta dos Transportes criticava Manuela Ferreira Leite quando esta defendeu, durante o Congresso do PSD em Guimarães, como "supérfluas" as novas infra-estruturas propostas pelo Governo, recordando Mário Lino que "elas são feitas porque produzem riqueza", visando a promoção e o desenvolvimento do país e criando deste modo melhores condições para que Portugal possa avançar.

Mário Lino lembrou a este propósito, o exemplo do investimento em auto-estradas, desafiando Ferreira Leite a dizer se concorda ou não com este tipo de investimento ou, por outro lado, se o considera como "supérfluo", para depois afirmar que a posição assumida pela nova liderança do PSD "representa de alguma forma uma volta do PSD a um passado recente", lembrando uma frase produzida em 2002 pelo então Governo liderado por Durão Barroso, de que fazia parte Manuel Ferreira Leite, quando este defendia que "enquanto houver uma criança com fome não

pode haver mais auto-estradas".

Para Mário Lino, esta frase demagógica, que "marcou muito o comportamento do então governo do PSD" só veio a ser alterada com a entrada em funções do actual Governo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, quando este passou a encarar as auto-estradas como o investimento positivo para o país, assim como a alta velocidade ou o futuro aeroporto de Lisboa, que para o ministro dos Transportes "não são um custo", mas um avanço para o país, e isto, disse, "se não queremos ficar mais pobres e deixarmos de ter condições para tratar das questões sociais".

Seria bom pedir a Manuel Ferreira Leite e aos novos dirigentes eleitos no Congresso de Guimarães, disse ainda Mário Lino, que esclarecessem os portugueses quais são os investimentos que acham que são superfluos, nomeadamente perguntando às pessoas que vivem em Trás-os-Montes se acham que a auto-estrada de Vila Real para Bragança é um luxo ou aos alentejanos o que pensam da importância da auto-estrada que liga Sines a Beja ou ainda o que pensam os algarvios sobre a requalificação da Estrada Nacional 125. **R.S.A.**

Ajudas ao sector das pescas não esperam por aval de Bruxelas

PORTUGAL vai avançar com as necessárias ajudas ao sector das pescas antes mesmo da autorização formal da Comissão Europeia nesse sentido. O anúncio foi feito, no Luxemburgo, pelo ministro da Agricultura e Pescas, Jaime Silva, após participar numa reunião com os seus homólogos da União Europeia (UE).

Na ocasião, o governante português informou também que o nosso país já tomou duas medidas concretas nesta problemática derivada do aumento dos preços dos combustíveis, a saber: a criação de uma linha de crédito de 40 milhões de euros, com juros bonificados a quatro anos, e a redução de uma taxa da Docapesca para pequenas embarcações.

Segundo Jaime Silva, em Julho próximo serão implementadas as restantes medidas do Governo para este sector.

Refira-se que a Comissão Europeia apresentou no dia 24 de Junho uma proposta negocial de ajudas às pescas, que será apenas formalizada



em Julho e só deverá ser aprovada definitivamente em Outubro.

Entre as medidas temporárias indicadas encontram-se a ajuda à reconversão das frotas, apoios de emergência para a cessação provisória da actividade e modos de intervenção

no mercado para aumentar o valor do pescado.

Com este pacote de medidas, Bruxelas quer contribuir para combater os efeitos no sector das pescas das sistemáticas subidas de preços dos combustíveis.

Alargado ao 3º ciclo programa de entrega de computadores

NO PRÓXIMO ano lectivo o programa de entrega de computadores portáteis e acesso à banda larga a um preço reduzido será alargado aos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, abrangendo mais de 380 mil alunos do 3º ciclo.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que falava na falava na cerimónia de entrega do computador 200 mil no âmbito do programa e-escola, na Escola Profissional Gustave Eiffel, na Amadora, na qual também estiveram presentes os ministros da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e das Obras Públicas Transportes e Comunicações, Mário Lino.

“O sucesso deste programa junto de professores, formados do Programa ‘Novas Oportunidades’ e alunos impõe o seu alargamento ao 7º ano de escolaridade, depois de termos começado pelo 10º ano e posteriormente termos estendido aos 11º e 12º anos”, disse o primeiro-ministro, acrescentando que face à experiência da aplicação do programa, que une Estado, operadores de telecomuni-



cações e escolas, “é agora altura de lhe dar uma nova ambição”.

José Sócrates sublinhou ainda que “a logística deste programa resultou em pleno, mas também resultou porque teve uma procura elevada. Ora, qualquer política pública só resulta se tiver a adesão das pessoas”.

Segundo dados avançados do primeiro-ministro, estão neste momento inscritas para receber computadores portáteis cerca de 300 mil pessoas entre alunos do ensino secundário, professores e formandos do Programa ‘Novas Oportunidades’.

O chefe do Governo congratulou-se ainda por Portugal ser o país da União Europeia onde os professores pagam menos pelo acesso à Internet de banda larga e onde há mais acessos via banda larga móvel.

De destacar ainda que actualmente o número de acessos de banda larga – fixa e móvel – é de cerca de 3,1 milhões, contra 937.200 em 2005, quando o Governo do PS tomou posse.

Projectos do QREN aprovados totalizam 2500 milhões de euros

ASCENDEM a 2500 milhões de euros os projectos aprovados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), repartidos entre investimentos da administração central e local e empresas, afirmou o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Baleiras.

Os dados reportam-se a 16 de Junho e representam um balanço dos 263 concursos abertos desde 15 de Novembro, dos quais 81 já com decisões comunicadas, adiantou o governante.

No total, o financiamento comunitário corresponde a 1600 milhões de euros, dos quais 1080 milhões estão disponíveis para

pagamento imediato.

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional disse, no entanto, que ainda não houve qualquer solicitação de reembolso por parte dos promotores dos projectos aprovados.

“Todo o sistema está operacional para fazer o pagamento aos promotores”, reiterou Rui Baleiras, lembrando que, “normalmente, os promotores realizam primeiro o investimento” e só depois recebem os fundos comunitários sob a forma de reembolso.

“Estamos em condições de poder pagar, é só apresentar as facturas”, adiantou o governante.



Em termos de administração local, a maior parte das candidaturas apresentadas, 197, referem-se a centros escolares, 98 por cento dos quais deverão iniciar as obras dentro de seis meses.

A criação e renovação dos centros

escolares e os incentivos às empresas foram as prioridades assumidas pelo Governo no sentido de reforçar, segundo Rui Baleiras, “o contributo do QREN para a recuperação da economia” e “promover a educação e a qualificação das pessoas”.

Alterações climáticas objecto de Estratégia Nacional

UMA ESTRATÉGIA Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, a aprovar ainda neste mandato, está a ser elaborada pelo Governo, anunciou o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa.

A ideia, adiantou, “é ver como as alterações climáticas vão afectar cada sector da economia e cada região do país”, exemplificando que “no turismo o aumento da temperatura de certas zonas, que poderão vir a ter menos água em certas alturas do ano, carece de planeamento”, enquanto “no sector vitivinícola é

preciso saber se a mudança de clima permite continuar a produzir nas mesmas regiões”.

Humberto Rosa, que falava à margem da conferência “Portugal num Clima em Mudança”, no Estoril, disse que “em termos de mitigação das alterações climáticas, redução das emissões com gases de efeito de estufa, já temos trabalho de casa feito”, apontando como exemplos o Plano de Alterações Climáticas, o Programa de Atribuição de Licenças de Emissão e o Fundo Português de Carbono.

Mas, segundo referiu, mesmo que as alterações climáticas fossem travadas hoje, “os seus efeitos iam sentir-se nas próximas décadas”. Por isso, defendeu, “a adaptação é incontornável”.

O secretário de Estado explicou ainda alguns princípios que norteiam a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas: “Primeiro ver os pontos de partida, as medidas que temos para a seca ou erosão costeira e perceber se são suficientes. Depois integra a adaptação nas políticas sectoriais”.

Conseguir envolver na adaptação os diferentes sectores da sociedade, público e privados, é outro dos objectivos, tentando depois levar essa Estratégia para a política internacional, em termos de cooperação com outros países.

Humberto Rosa defendeu que, em termos de adaptação, o papel do Estado deve ser o de fornecer “análise e informação e definir as prioridades e políticas-chave”, adiantando que aquela Estratégia Nacional “deverá estar pronta em 2009”.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

FORÇA PLURAL

É QUANDO a luta aquece que se vê a força do PS. Há já muito tempo que este slogan mobilizador não fazia tanto sentido. A luta está a aquecer. Não a luta rasteira da confrontação de egos, mas o grande combate contra as desigualdades, contra a desregulação e contra a especulação que estão a minar a economia global, com consequências fortes em todos os países, em particular naqueles que como Portugal são economias abertas e fortemente dependentes dos mecanismos de troca comercial.

Nestes tempos difíceis o nosso partido tem que apelar ainda com mais convicção aos seus valores fundadores e à sua identidade construída na defesa da democracia e da participação cívica. Somos uma força plural e um bastião da legalidade democrática. A diversidade e a tolerância fazem parte da nossa matriz genética e têm sido a chave da capacidade vencedora, inovadora e transformadora do PS na sociedade portuguesa.

“Somos uma força plural e um bastião da legalidade democrática”

Com as oposições fracturadas é normal que os adversários do PS tudo façam para recuperar aventuras de frentismo populista de que serão os únicos potenciais ganhadores. Enfraquecer o PS sempre foi o sonho do PCP e agora aparentemente também do Bloco de Esquerda, mesmo que isso signifique dotar a direita de inesperados balões de oxigénio.

A nossa resposta no entanto só pode ser uma. Cada vez mais pluralidade no quadro dos valores e princípios comuns e defesa convicta e determinada da legalidade democrática, permitindo um esforço conjugado de foco nas soluções e nas respostas para os problemas das pessoas.

O desafio é ao mesmo tempo extremamente difícil e politicamente aliciante. Temos que definir caminhos inovadores para conciliar competitividade e coesão em contexto de crise. Uma nova agenda de inovação social que mobilize toda a sociedade para a mudança com participação, equidade e eficiência.

Não nos esperam tempos fáceis, mas vale a pena repetir uma vez mais a nossa bandeira – é quando a luta aquece que se vê a força do PS – uma força plural.

Parlamento aprova lei socialista contra a corrupção

O PARLAMENTO aprovou com os votos favoráveis do PS e a abstenção dos restantes partidos da oposição o projecto de lei socialista da criação de um Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), organismo que funcionará junto do Tribunal de Contas.

Este Conselho, defendeu o líder parlamentar do PS, tem como objectivo central “detectar as áreas mais vulneráveis à penetração do fenómeno”.

Alberto Martins justificou o projecto sublinhando a necessidade de “colmatar uma lacuna” por não existir ainda em Portugal um departamento especialmente dirigido “à dimensão preventiva da corrupção”.

A luta contra a corrupção, disse, é uma questão de repressão e prevenção, “mas ela desvirtua-se e anula-se quando se torna pura propaganda política”.

Por isso, acrescentou, o CPC, “que tem uma natureza bem delimitada”, será uma “entidade administrativa independente”, quer do Governo, quer dos “poderes de investigação e acção penal”.

É preciso, defendeu Alberto Martins, fazer do combate à corrupção “uma luta colectiva”, nem parcial, nem particular, mas uma luta “que não pode ter tréguas nem desânimos”, nem tão pouco “prosseguir ao ritmo dos tempos eleitorais e mediáticos”.

A apresentação do projecto de lei do PS visa culminar, como também frisou, um processo entretanto já iniciado por um conjunto de propostas do deputado João Cravinho, iniciativa que na altura defendia, ao contrário do que agora se propõe, a constituição de uma comissão a



funcionar junto da Assembleia da República.

Este Conselho, na perspectiva da proposta do PS, será um órgão “independente, com uma qualificação especializada e com o enquadramento e os meios adequados”, e deve recolher informações quanto à detecção

e à prevenção de corrupção activa e passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou

violação de dever de segredo.

Por outro lado, é defendido que o CPC deve igualmente tratar informações sobre a aquisição de imóveis ou de valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícita de informação privilegiada no exercício de funções na

Administração Pública ou no sector público empresarial.

Os socialistas propõem ainda que este Conselho acompanhe e avalie “a eficácia dos instrumentos jurídicos e das medidas administrativas adoptadas pelas administrações pública e sector público empresarial”.

Para o Partido Socialista a questão da transparência está assegurada neste projecto de lei, nomeadamente quando defende a divulgação pública dos relatórios, a enviar anualmente à Assembleia da República e ao Governo, podendo estes fazer recomendações de medidas legislativas.

Segundo o PS, a actuação do CPC, “não interfere nas competências atribuídas às autoridades de investigação penal”, designadamente em relação ao Ministério Público.

Como anunciou Alberto Martins, o projecto de lei socialista prevê que a liderança deste novo órgão de prevenção e de combate à corrupção seja atribuída ao presidente do Tribunal de Contas, devendo dela fazer parte integrante ainda o director-geral deste organismo, os inspectores-gerais de Finanças, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Administração Local, um magistrado do Ministério Público, um advogado, nomeado pela Ordem dos Advogados e uma personalidade de reconhecido mérito na área.

O Partido Socialista justifica a defesa da escolha deste órgão depender do Tribunal de Contas por ser uma medida, como referiu o líder da bancada parlamentar, “consensual” e por existir uma “estreita conexão” entre os danos causados pela corrupção e actividades congéneres e a lesão dos interesses financeiros, que “cumpram ao TC salvaguardar”. **R.S.A.**

PS exige explicações sobre propostas da ERSE para consumidores de electricidade

A BANCADA parlamentar socialista quer que o presidente da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), Vítor Santos, se apresente urgentemente na Assembleia da República para explicar as propostas “revoltantes” avançadas recentemente por este organismo e que, para os deputados do PS, penalizam as famílias e a maioria das empresas.

Sobre o pedido do GP/PS, que foi oficializado no dia 18 de Junho, o vice-presidente Afonso Candal começou por referir que a bancada socialista já tinha solicitado uma audição com a ERSE em final de Março, em sede de Comissão Par-

lamentar de Economia.

“Neste momento, essa audição impõe-se”, frisou, para depois sublinhar que os deputados do PS receberam, com “com alguma indignação”, algumas das propostas que têm vindo a público e que são atribuídas à ERSE.

Para o também líder do PS/Aveiro, “é inaceitável que se proceda a uma redução do risco das empresas [de electricidade] e se partilhe depois o risco dos incobráveis com terceiros, onerando os consumidores cumpridores”.

“O risco do negócio é um factor normal em qualquer actividade empresarial”, lembrou, acrescentan-

do que “uma empresa tem que lidar com o risco, seja no sector eléctrico ou em outro sector qualquer”.

Afonso Candal disse ainda ter havido “revolta” no Grupo Parlamentar do PS pelo facto da ERSE ter proposto que o tarifário da electricidade possa sofrer aumentos trimestrais, num quadro de aumento permanente dos preços dos combustíveis.

“Num momento em que se esperaria alguma estabilidade nos consumidores domésticos – porque as famílias devem saber qual a sua factura energética anual e a as empresas devem poder programar o seu ano de laboração –, a ERSE



vem agora propor que, de três em três meses, haja mudanças no tarifário”, criticou.

Para o dirigente socialista, “é incompreensível que a ERSE ten-

te diminuir o risco das empresas do sector eléctrico e, ao mesmo tempo, aumente a instabilidade na generalidade das empresas e nas famílias”. **M.R.**

Sócrates quer escola pública na linha da frente do desenvolvimento tecnológico

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

COLOCAR a escola pública portuguesa na “linha da frente” tecnológica foi o objectivo traçado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na visita que efectuou à Escola Secundária André de Gouveia, em Évora, que é um dos estabelecimentos de ensino nacionais com projecto-piloto no âmbito do Plano Tecnológico da Educação (PTE).

“No desenvolvimento tecnológico de Portugal, a escola ficou sempre um pouco para trás e só se desenvolveu mais tarde. Pois eu quero, com este Plano Tecnológico da Educação, que a escola pública em Portugal esteja na linha da frente do desenvolvimento tecnológico”, disse.

Depois de se inteirar da aplicação das novas tecnologias da informação e comunicação na escola, como a utilização de mapas digitais num quadro interactivo, numa aula de geografia, José Sócrates apontou a André de Gouveia como um exemplo do que o Governo pretende para as 1200 escolas do país.

“Vimos apresentar o vosso exemplo como um exemplo que vai ser aplicado em todas as escolas”,



disse, sublinhando que o Governo quer “um Plano Tecnológico que permita uma maior difusão das tecnologias de informação e comunicação na nossa sociedade e que melhore a inovação e o conhecimento, mas queremos o Plano Tecnológico dentro da escola pública portuguesa.

O primeiro-ministro lembrou que estão a decorrer seis concursos

públicos, que devem ser adjudicados até final de Julho, envolvendo 400 milhões de euros, o que representa, “porventura, o maior investimento público em tecnologias de informação e comunicação”.

“Justamente para que a escola esteja na linha da frente tecnológica, para que não fique, como ficou no passado, mais uma vez para trás”, acrescentou.

Na escola alentejana, onde já existe o cartão electrónico do aluno, o sistema de vídeovigância, acesso à Internet em todos os espaços, um computador com ligação à Internet por cada 2,57 alunos, um quadro interactivo por cada duas salas de aula e um videoprojector em todas elas, José Sócrates lembrou ainda o cenário que existia nas escolas portuguesas em 2005,

quando tomou posse.

Ou seja, frisou, “o rácio era de um computador para 16 alunos, muito pouco. Mas vai ser já, no próximo ano lectivo, de um para cinco e não vamos ficar por aqui”.

Lançado há quase um ano, o PTE, que representa um investimento de cerca de 400 milhões de euros, pretende colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados na modernização tecnológica dos estabelecimentos de ensino.

O plano prevê para as escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do secundário a instalação de cerca de 310 mil computadores, nove mil quadros interactivos e 25 mil videoprojectores até 2010.

No próximo ano lectivo, cada sala de aula daqueles níveis de ensino terá um videoprojector e até 2010 será instalado um quadro interactivo em cada três salas,

Também a partir do próximo ano lectivo, as escolas abrangidas pelo PTE já deverão ter ligação à Internet em banda larga com velocidade de 48Mbps e um quadro interactivo por cada três salas de aula, enquanto o cartão electrónico do aluno será usado por cerca de 800 mil estudantes.

Ministra congratula-se com melhoria significativa dos resultados

PROVAS DE AFERIÇÃO

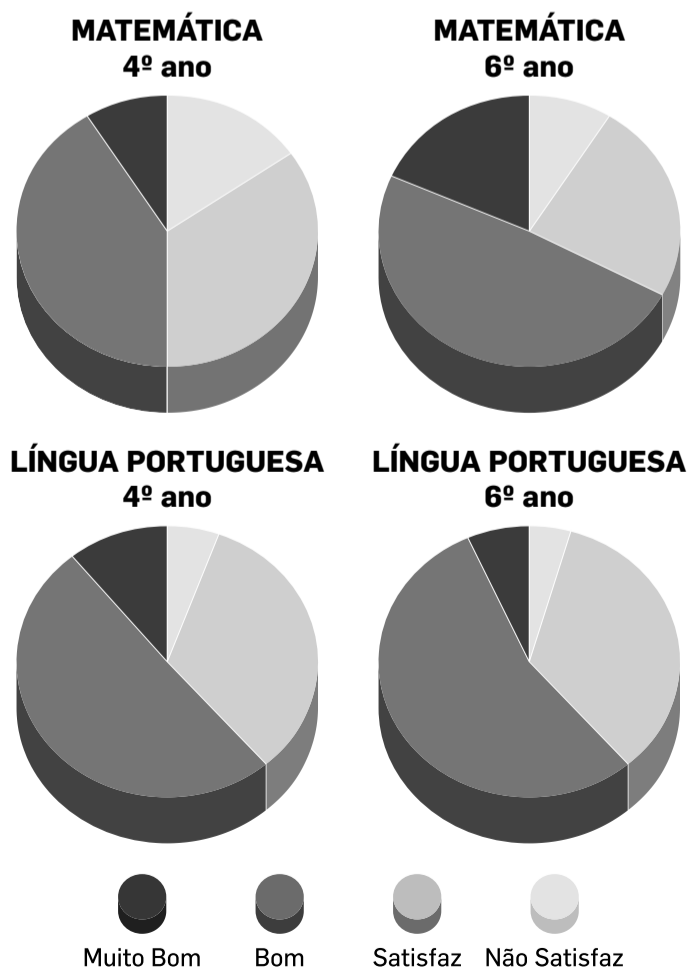
FOI com “particular satisfação” que a ministra da Educação anunciou a “melhoria muito significativa” registada nas provas de aferição de Matemática e Língua Portuguesa do 4º e 6º anos. Sobre a disciplina em relação à qual, sublinhou, “se pensa que há uma fatalidade”.

“Não há e os resultados estão aí para o provar”, disse Maria de Lurdes Rodrigues em conferência de Imprensa. Nos dois níveis de ensino, a percentagem de negativas a Matemática baixou para metade.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação, 18,3% dos alunos obtiveram negativa na prova de aferição de Matemática do 6º ano, enquanto o ano passado este valor situou-se nos 41%. No 4º ano, a percentagem de negativas caiu de 19,7 para 8,8%.

No que respeita à prova de Língua Portuguesa, a percentagem de positivas no 6º ano passou de 85,4 para 93,4%, enquanto no 4º ano houve uma melhoria de 0,4 pontos percentuais.

Maria de Lurdes Rodrigues salientou que a Matemática os alunos do 4º ano revelaram “progressos significativos” ao nível



Fonte: Ministério da Educação

da competência “números e cálculos”, enquanto no 6º ano as melhorias registaram-se na mesma competência e em “geometria e medida”.

Quanto a Língua Portuguesa, explicou que as melhorias no 4º ano registaram-se nas componentes relativas ao conhecimento explícito da língua, enquanto as maiores dificuldades surgem na compreensão de textos informativos e poéticos, mais do que de textos narrativos.

Como fez questão de salientar a titular da pasta da Educação, a melhoria dos resultados das provas de aferição deveu-se a medidas como o Plano de Acção para a Matemática, Plano Nacional de Leitura, acções de formação contínua de docentes e reforço do estudo acompanhado, entre outras.

“Estes resultados provam que é possível melhorar a prestação dos alunos com trabalho continuado e persistente, quando se disponibilizam às escolas meios e recursos. Deve ser saudado o trabalho das escolas e de todos professores. Estamos todos de parabéns”, disse.

Por outro lado, Maria de Lurdes Rodrigues rejeitou as críticas da Sociedade Portuguesa de Mate-

mática (SPM), segundo as quais os enunciados contêm um “número exagerado de questões demasiado elementares”, considerando que houve “pouca prudência” e “imprecisão” nas críticas desta instituição.

“Agora é moda dizer-se que as provas são fáceis. A percentagem de alunos que consegue resolver todo o teste é de 5%”, afirmou, acrescentando ser com “alguma mágoa” que vê acusações de facilismo.

A ministra da Educação anunciou ainda que a disparidade de resultados entre o 4º e 6º anos levou o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) a iniciar um estudo de acompanhamento com alunos que o ano passado estavam no 4º ano e que no próximo ano realizarão a prova do 6º, para se verificar se estamos perante um fenómeno de regressão e apurar os motivos. “Precisamos de um pouco mais de tempo para termos um conhecimento mais profundo do fenómeno”, acrescentou.

Mais de 230 mil alunos dos 4º e 6º anos de escolaridade realizaram em meados de Maio as provas de aferição, em 6883 estabelecimentos de ensino.

Cartão do Cidadão chega a Lisboa em Julho e aos consulados depois do Verão

CARTÃO CIDADÃO

A EMISSÃO do Cartão do Cidadão, que chega em Julho ao distrito de Lisboa, vai começar a ser testada nos consulados portugueses “depois do Verão”, anunciou o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira.

“Primeiro queremos fazer chegar o Cartão a todos os distritos do país”, disse. O documento começou a ser emitido em 2007 e substituiu o bilhete de identidade, o cartão do contribuinte, de beneficiário da Segurança Social, de eleitor e de utente do Serviço Nacional de Saúde.

O cartão é dotado ainda de um “chip” com dois certificados digitais que permitem a autenticação electrónica segura do cidadão e a assinatura digital qualificada sobre documentos electrónicos.

Actualmente disponível na região autónoma dos Açores e em 12 dos 18 distritos do continente, o Cartão do Cidadão “vai chegar a Lisboa em Julho”, o último distrito a ser

contemplado, referiu.

Só “provavelmente depois do Verão” é que o sistema começará a ser testado fora do país, em alguns con-

sulados de dimensão variada, mas cuja localização ainda não está definida, anunciou ainda.

Tiago Silveira mostrou-se con-

victo que as funcionalidades introduzidas pelo Cartão do Cidadão, nomeadamente a assinatura electrónica, “podem ter utilidade aos

portugueses no estrangeiro”.

Entre o segundo semestre deste ano e o primeiro semestre de 2009 será a vez de começar a funcionar o sistema informático de registo civil nos consulados portugueses.

Este sistema vai tornar mais rápido o registo de nascimentos, casamentos e óbitos ou divórcios, eliminando a necessidade de pedir certidões aos serviços em Portugal, garantiu o secretário de Estado que falava à margem de uma festa da comunidade portu-



12 É o número de distritos onde já é possível pedir o Cartão do Cidadão, que substitui o BI e mais outros quatro cartões

guesa no parque de Kennington, no sul de Londres, onde representou o Governo nas comemorações do 10 de Junho.

MODERNIZAÇÃO DAS FROTAS DE CAMIÕES APOIADA PELO GOVERNO

QREN

O CONSELHO de Ministros aprovou a criação de um grupo de trabalho para permitir que as operações de renovação das frotas de transporte rodoviário de mercadorias possam candidatar-se às verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).



Em conferência de Imprensa, no dia 19, no final da reunião do Governo, o ministro das Obras Públicas e Transportes, Mário Lino, referiu que o grupo de trabalho terá um prazo de “30 dias para operacionalizar os apoios previstos”, tendo representantes dos ministérios dos Transportes, da Economia e do Ambiente.

Segundo Mário Lino, o Governo irá apoiar a aquisição de equipamentos novos e a troca de viaturas menos eficientes do ponto de vista energético. “O Estado vai apoiar essa modernização da frota, facilitando o acesso de candidaturas ao QREN. Para isso, é necessário definir as características dessas candidaturas”, disse.

Já no que concerne ao decreto que agora altera o regime de licenciamento e de acesso à actividade de transportador rodoviário de mercadorias, Mário Lino lembrou que os veículos em circulação não podem ultrapassar uma determinada idade prevista por lei.

“Esse problema pode resolver-se por troca de veículo, mas também por via da incorporação de componentes novos”, afirmou, sublinhando que o diploma agora “concede uma espécie de crédito de anos a um veículo que seja rejuvenescido com equipamentos novos e mais modernos ao nível do consumo de combustível e do ponto de vista ambiental”.

O diploma procura ainda “clarificar” situações de infracção quando um veículo de transporte de mercadorias transporta carga superior ao permitido por lei.

“As coimas que derivam desta situação vão repercutir-se em todos os responsáveis por isso: o expedidor e o transportador. Mas há igualmente situações em que a carga a mais é da exclusiva responsabilidade do transportador, que assumiu esse risco”, referiu o ministro.

Com o novo diploma, referiu ainda Mário Lino, “acaba-se com a confusão de responsáveis e clarifica-se quem violou a lei”.

Sardoal acolhe Força Especial de Bombeiros

O SECRETÁRIO de Estado da Protecção Civil, José Miguel Medeiros, presidiu no dia 12 de Junho à assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal de Sardoal e a Autoridade Nacional de Protecção Civil, que vai permitir a cedência da antiga escola primária, situada na aldeia de Andreus, no concelho de Sardoal, e o ex-centro de saúde para a instalação da base permanente de apoio logístico ao grupo da Força Especial de Bombeiros (FEB) do distrito de Santarém.

“Esta equipa da Força Especial de Bombeiros conhecida pelos ‘Canarinhos’ vai ter a sua base permanente em Sardoal, uma região que, pelas suas características e

localização geográfica, está no coração de uma zona muito flagelada pelo fenómeno dos incêndios”, disse José Miguel Medeiros.

“Pela sua flexibilidade táctica, esta equipa de profissionais pode acorrer a qualquer situação no distrito de Santarém, mas também na região do Pinhal Interior ou em qualquer ponto do país que o justifique”, afirmou ainda o secretário de Estado da Protecção Civil.

A FEB é uma unidade profissional de bombeiros apta a intervir em qualquer cenário no domínio da protecção e do socorro, quer em território nacional, quer através da participação em missões internacionais de protecção civil.

Criada em 2007, com uma primeira companhia constituída por 140 elementos, a FEB viu o seu corpo efectivo reforçado este ano através da formação de uma segunda companhia, com 70 elementos, para operar nos distritos de Évora, Beja e Setúbal.

Passados dez meses após a sua criação, esta força especializada no combate aos incêndios florestais dispõe hoje de um conjunto de 210 efectivos, distribuídos por sete distritos de elevado risco.

Refira-se que o grupo da FEB do distrito de Santarém, com a assinatura do presente protocolo, ficará instalado permanentemente no Concelho de Sardoal e será constituído por 40 elementos.

Lista dos devedores ao fisco já recuperou 417 milhões de euros

AS DÍVIDAS pagas pelos contribuintes incluídos na lista dos devedores desde o início do procedimento de publicitação da referida lista, em Julho de 2006, já superou os 417 milhões de euros, refere um comunicado do Ministério das Finanças, que adianta que no período de Janeiro a Maio do corrente ano de 2008 foram pagos 117 milhões de euros em dívida.

“E estes resultados comprovam que a publicitação da lista dos devedores no site da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) tem sido um importante instrumento de indução ao pagamento das dívidas

e de pedagogia do cumprimento voluntário das obrigações fiscais”, lê-se no comunicado.

Segundo o Ministério das Finanças, a lista dos devedores acaba de ser actualizada, tendo sido adicionados 1691 nomes, aumentando o número de contribuintes com dívidas incluído na lista para mais de 10.500.

Trata-se, em todos os casos, esclarece o Ministério, “de contribuintes que possuem dívidas fiscais ao Estado cujos processos foram instaurados antes de 30 de Junho de 2007 e cuja situação de incumprimento do dever de

pagamento persiste, apesar das várias solicitações da Administração Fiscal para que os devedores regularizem a situação e das várias medidas já adoptadas, no âmbito dos respectivos processos”.

De salientar que desde Junho de 2006 foram emitidas 63 mil notificações aos devedores, com o projecto de decisão de publicitação, convidando-os a exercerem o direito de audição prévia, nos termos legais. O montante de pagamentos efectuados pelos devedores por mero efeito destas notificações ultrapassou os 243 milhões de euros.

Aumento do abono para famílias carenciadas a partir de 1 de Julho

NO PRÓXIMO dia primeiro de Julho entrará em vigor a portaria do Governo socialista que estabelece o aumento do abono para famílias de menores rendimentos, um diploma que foi publicado, no passado dia 16 de Junho, em "Diário da República".

Esta medida de inegável alcance social representará uma despesa de 120 milhões de euros para o Estado.

Anunciado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante o debate parlamentar de 21 de Maio, o aumento de 25 por cento aplicar-se-á aos dois escalões mais baixos de rendimentos, o que se traduz num aumento de 34 euros, no caso do primeiro escalão, e de 28 euros, no segundo escalão (crianças com idade igual ou inferior a 12 meses).

Assim, uma família com um filho que antes recebia o abono de família de 135,4 euros vai passar a receber 169,8 euros.

No caso dos agregados familiares que integram o segundo escalão e que só têm um filho, o aumento será dos anteriores 112 euros para 140,8 euros.

A portaria em questão também prevê aumentos nos abonos para as crianças com mais de 12 meses (passam a ser de 42,25 euros para o primeiro escalão e de 35,21 euros no segundo escalão).

Além disso, as famílias com dois



filhos vão ver ainda aumentada a majoração desse abono, passando a receber, além desta prestação social, mais 42,45 euros por filho (em vez dos anteriores 33 euros), no primeiro escalão, e 35,21 euros (em vez dos anteriores 28,17 euros).

A majoração aplica-se só a crianças entre os 12 e os 36 meses de idade, a partir do nascimento ou integração de uma segunda criança, no mesmo núcleo familiar.

Se as famílias tiverem mais de dois filhos, então a majoração sobe

para 84,9 e 70,43 euros, no primeiro e segundo escalão, respectivamente, por cada um dos filhos.

Recorde-se que o Executivo do PS decidiu também actualizar o abono de família pré-natal para valores de 169,8 euros, no primeiro escalão, e para 140,83 euros, no segundo escalão de rendimentos.

De salientar ainda que este aumento do abono de família abrangerá cerca de um milhão de beneficiários, um valor que representa 65 por cento dos beneficiários totais desta prestação. **M.R.**

Aprovada proposta de criação das autoridades metropolitanas de transportes de Lisboa e Porto

FORAM aprovadas na reunião do Conselho de Ministros de 12 de Junho as autoridades de transportes encarregues de coordenar os transportes públicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, adequando-os às necessidades de mobilidade dos cidadãos

Em conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, disse esperar que as autoridades metropolitanas de transportes de Lisboa e Porto entrem em funcionamento dentro de "muito pouco tempo".



Estas autoridades, adiantou, "são uma forma de articular a administração central com a lo-

cal", de modo a "planejar e definir rotas, tarifários e regras de serviço público relacionadas com o transporte colectivo de passageiros".

As autoridades metropolitanas de Lisboa e Porto são pessoas colectivas de direito público, e as suas competências incluem o planeamento

estratégico, a coordenação, a fiscalização, o financiamento e a tarifação.

Governo lança Simplex para as autarquias

O GOVERNO vai lançar "muito em breve" um Simplex dirigido a algumas autarquias, anunciou no dia 19 a secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques.

"A colaboração com algumas

autarquias será concretizada muito em breve", disse Maria Manuel Leitão Marques, adiantando que o projecto será apresentado antes de Agosto.

A secretária de Estado referiu ainda que este projecto assenta "na mesma lógica do Simplex",

em áreas que são da competência das autarquias, como por exemplo licenciamento de obras.

Recorde-se que o Simplex é um projecto de simplificação administrativa legislativa lançado pelo Executivo de José Sócrates em 2006.

OPINIÃO



JORGE ALMEIDA
Deputado do PS

Entendo como inaceitável a proposta de eliminação de ajudas para quem tiver menos de um hectare ou menos de 250 euros de subsídio

HEALTH CHECK DA PAC DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

HÁ que simplificar, racionalizar e modernizar a Política Agrícola Comum. Dotar os nossos agricultores dos meios necessários para enfrentar os novos desafios, decorrentes do aumento da procura de bens alimentares, dos problemas de tipo novo colocados pelas alterações climáticas e a sustentabilidade ambiental, assim como dar mais flexibilidade e liberdade à produção, criando as condições necessárias para que os agricultores respondam melhor à versatilidade dos mercados.

Mas também se entende que, identificados os problemas decorrentes da reforma de 2003, tudo deve ser feito para que o todo agrícola da União, se reforce, e que a agricultura praticada em qualquer porção de território europeu seja sustentável, social, financeira, e economicamente.

O caminho que está a ser trilhado, baseado num pragmatismo europeísta a 27, não tem alternativa.

Será de valorizar, aprofundar e apoiar, todas as medidas interessantes para a agricultura portuguesa, como a flexibilidade do regime de apoios, permitindo a utilização dos 10% de verbas em sectores específicos que apresentem mais problemas, o regime de co-financiamento pela comunidade em 40%, para um sistema de gestão de riscos, seguros contra catástrofes naturais, e fundos mutualistas para doenças animais, bem como um regime de condicionalidade mais adequado e simplificado, tendo como maior preocupação a melhoria da gestão e a qualidade da água.

As ajudas directas deverão ser revistas. Elas são imprescindíveis, como garantia básica do rendimento, não apenas no caso do mercado fracassar, como também para o abastecimento de bens públicos pelos agricultores, e como compensação pelos níveis de protecção ambiental, segurança alimentar, rastreabilidade, e bem-estar animal.

Ajudas dissociadas da produção, dando liberdade ao agricultor de produzir os bens que ele entende que o mercado absorve. Mas ajudas concedidas para quem produzir, e retiradas, se o agricultor deixar de produzir qualquer bem.

Entendo como inaceitável a proposta de eliminação de ajudas para quem tiver menos de um hectare ou menos de 250 euros de subsídio, assentando essa proposta no facto do processamento administrativo ser muito caro e os montantes serem muito pequenos.

Esse é um problema que a burocracia tem que resolver. E para isso há novas tecnologias. Portugal tem dezenas de milhares de agricultores com menos de um hectare que não podem ser excluídos, e que pelo contrário deverão ser apoiados. No contexto global de carência de alimentos, a agricultura familiar vai ter um papel ainda mais importante no tecido produtivo agrícola português, sobretudo como produtora de bens para as comunidades locais.

Em média, um agricultor português recebe 14 vezes menos que um agricultor do centro da Europa, um dinamarquês por exemplo.

Com a exclusão da agricultura familiar portuguesa das ajudas, e com uma modulação feita com verbas apenas do Estado-membro, essa distância iria aumentar concerteza, o que é de todo inaceitável e contrário ao espírito dos Tratados de Roma e de Lisboa.

Por outro lado, vai no bom sentido acabar com o histórico das ajudas, procurar indexá-las à área cultivada e à capacidade de criação de emprego, bem como o aumento da modulação, reforçando o pilar do desenvolvimento rural. Mas tal como tão bem tem afirmado o nosso ministro da Agricultura, distribuir as verbas da modulação, sem estas saírem do Estado-membro, e sem previamente incorporarem um fundo de distribuição europeu, é ir contra a filosofia de solidariedade e de coesão social. É que a esse fundo, enriquecido com as verbas dos grandes Estados, seriam sempre aplicados os princípios redistributivos da União.

A Comissão propõe ainda a abolição progressiva das cotas leiteiras até à sua eliminação total em 2015. A posição portuguesa, de aceitar um aumento de 2% este ano, é absolutamente correcta, dadas as exigências do mercado.

Daqui para a frente, o que parece equilibrado é acompanhar e monitorizar o aumento da procura deste bem nos mercados, ir aumentando as cotas progressivamente, apoiando discriminada e positivamente o sector leiteiro, nas regiões que vão experimentando mais dificuldades de adaptação.

Com o competente trabalho dos socialistas portugueses em Bruxelas, com destaque para o camarada Capoulas Santos, relator do documento final, o *health check* pode constituir uma oportunidade para melhorar a PAC de 2003, apesar dos ventos liberais que correm pela Europa não serem de todo favoráveis às soluções de equidade e solidariedade.

Três anos c Alguns e

Consolidação orçamental

1. Programa de Estabilidade e Crescimento. Reduzir o défice, relançar a economia e o emprego. Défice 2007 inferior a 3% dentro critérios do PEC; economia cresce de

2. Nova Lei da Nacionalidade.
3. Nova Lei da Imigração.
4. Novo Regimento da Assembleia da República.
5. Lei do Divórcio (em especialidade)



forma sustentada; população empregada aumenta, com mais investimento. Portugal fora do procedimento por défice excessivo.

2. O défice público em 2007 situou-se em 2,6% do PIB – o mais baixo em 30 anos, muito abaixo do esperado, facto que se fica a dever ao rigor da execução orçamental. Melhoria de 1.772 milhões de euros face ao saldo orçamental de 2006.
3. De 2005 a 2007, redução da despesa pública em % PIB e, dentro desta, da despesa com o pessoal (14,4% para 12,9% PIB). Note-se que 54% (1,9 pp em 3,5 pp PIB) da redução do défice se ficou a dever a redução da despesa pública.
4. Combate à fraude e evasão fiscal e contributiva. Em 2006, foram recuperados 842 milhões de euros de impostos em falta e 352 milhões de euros de dívidas à segurança social. Em 2007, a Segurança Social recuperou 642 milhões de euros.
5. A informação disponível relativa à execução orçamental no 1º trimestre de 2008 indica que o subsector Estado regista uma melhoria de 397 milhões de euros face ao período homólogo de 2007, e os restantes subsectores apresentam saldos excedentários.

Reforma do Estado. PRACE concluído. Menos estruturas, mais Mobilidade, melhores Carreiras, Vínculos e Remunerações. Redução de 25% nas estruturas existentes e nos cargos dirigentes. Todas as leis orgânicas já publicadas. Novo regime de vínculos e carreiras (2400 funcionários em mobilidade especial); novo SIADAP. Protecção no desemprego aos trabalhadores da Administração Pública vinculados por contrato administrativo de provimento e por contrato individual de trabalho.

Qualidade da Democracia

1. Paridade. Representação mínima (de 33%) de cada um dos sexos nas listas eleitorais.

Políticas Sociais

1. Complemento Solidário para os Idosos. 80.000 beneficiários (29-5-2008). Em 2008, para >= 65 anos.
2. Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Para além dos 271 novos equipamentos em 2006, dos 318 em 2007, em 2008, nova fase do programa PARES, dirigida exclusivamente às áreas metropolitanas. Construir mais 75 creches, representando 3850 novos lugares para as crianças até aos três anos, investimento total de 37 milhões de euros; e 760 novas salas do pré-escolar, irão abranger mais de 20 mil crianças, que criarão 15.589 novos lugares e 4.500 novos postos de trabalho.
3. Aumento do salário mínimo: 426 euros em 2008, atingindo-se os 450 euros em 2009 (200.000 beneficiários a 29-5-2008)
4. Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade. Promover a reabilitação, a integração e a participação das pessoas com deficiência na sociedade.
5. Apoio à natalidade. Para além do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), o abono pré-natal (80.000 grávidas beneficiárias até 29 Maio), o subsídio social de maternidade, a majoração abono família (130.000 beneficiários até 20 Maio), aumento das deduções fiscais a partir do segundo filho, incentivos fiscais às empresas para a criação de creches, jardins-de-infância e lactários.

Educação

1. Escola a tempo inteiro. Prolongamento de horário 99,6%; inglês nos 3º e 4º anos: 98,5%; inglês nos 1º e 2º anos: 51,2%; actividade física e desportiva: 96,8%; música: 81,4%; apoio ao estudo: 98,1%; apoio à família: 34,1%.
2. Financiamento do transporte escolar. Mais 10.000 alunos do 1º ciclo com transporte,

3. Refeições no ensino básico. Cobertura de 86% dos alunos 1º ciclo (antes: apenas 30%)
4. Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário. Até 2015, mil milhões de euros para requalificar 332 escolas secundárias.
5. Cursos secundários tecnológicos. 44.466 alunos; 3344 cursos em 2007; 4946 cursos em 2008. A expansão dos cursos profissionais inverteu a redução continuada do número de estudantes:
6. Processo de Bolonha: No início do ano lectivo 2007/2008, 87% dos cursos de licenciatura já se encontram adaptados. Novas condições e responsabilidades às escolas superiores para admitirem adultos maiores de 23 anos (10.000 novos alunos em 2006/2007)
7. Reforma do Ensino Superior. Regime jurídico das instituições do ensino

12. Plano Tecnológico da Educação. Investimento > 400 milhões de euros, prevê que, em cada sala de aula exista um computador com ligação à Internet, uma impressora, um videoprojector e um quadro interactivo por cada duas salas. Prevê ainda a generalização, até ao final de Junho de 2008, do cartão electrónico do aluno para 800 mil estudantes e a instalação de cerca de 12 mil sistemas de alarme e videovigilância. Final 2008, inicia-se a criação dos portais das escolas, permitindo a partilha de conteúdos pedagógicos em suporte digital. Certificação de competências de professores e funcionários e programa de formação em Tecnologias da Informação e Comunicação.
13. Em relação ao ano lectivo passado, verifica-se em 2007/2008 um aumento de 17% dos inscritos no ensino superior.



superior aprovado. Modernização nos sistemas de gestão, carreiras e avaliação. Novo regime jurídico de avaliação aprovado. Entidade de Avaliação e Acreditação das instituições do ensino superior já criada.

8. Empréstimos a estudantes. Acesso automático ao crédito pelos estudantes do ensino superior. No final de Março de 2008, mais de 2.000 os alunos contraíram empréstimos, que complementa a expansão da acção social escolar.
9. Ensino secundário. Neste momento (2007/08), existem 282.188 alunos no ensino secundário, mais 7% do que em 2004/05, dos quais 35,4% estão em vias profissionalizantes. Mais: verifica-se uma diminuição no insucesso escolar e do abandono: a retenção baixou de 33% em 2005/2006 para 25% em 2006/2007; o abandono diminuiu de 38% em 2005/2006 para 36% em 2006/2007.
10. Estabilidade do Corpo Docente. Colocação plurianual (3 anos) dos professores.
11. Novos Estatutos do Aluno (reforçar a autoridade dos professores e das escolas) e da Carreira Docente (qualificar o recrutamento, premiar o mérito).

Saúde

1. Unidades de Saúde Familiar. Em funcionamento: 125, mais 171.240 portugueses com acesso a médico de família, cobrindo cerca de 1.563.000 habitantes (10-5-2008). Por cada 100 USF aprovadas, até 150 mil utentes ganharão um médico de família.
2. Venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias. Janeiro de 2008: 620 lojas de venda de MNSRM, tendo o seu preço médio diminuído 1,8%.
3. Diminuição do preço dos medicamentos pelo segundo ano consecutivo
4. Despenalização da interrupção voluntária da gravidez. O PS empenhou-se. Houve referendo conforme compromisso eleitoral e o SIM ganhou. A nova lei foi aprovada e já está em vigor.
5. Lei da procriação medicamente assistida
6. Rede de Cuidados Continuados Integrados para idosos e pessoas em situação de dependência. Até Janeiro de 2008, estavam já contratualizadas mais de 2.200 camas activas.
7. Nova Política do Medicamento. Farmácias nos hospitais públicos, libera-

de trabalho exemplos

lização da propriedade das farmácias e alargamento dos seus horários de funcionamento. Aumento da quota de genéricos, situando-se agora nos 19,2% (era de 8% em 2004)

8. Nova Rede de Serviços de Urgência. Objectivo: que pelo menos 90 por cento dos utentes demorem menos de 30 minutos no trajecto até a um serviço de urgência.
9. 2004-2007: Cuidados de Saúde Primários: mais 186.000 consultas programadas. Mais 1.698.000 primeiras consultas do ano, menos 1.512.000 consultas nos SAP's. Consultas e Urgências Hospitalares: + 16,5% consultas hospitalares, aumento de 20,1% das primeiras consultas e de mais 4,8% das consultas de urgências. Em 2007 foram realizadas 9.279.244 consultas e 6.377.976 urgências. Actividade cirúrgica dos hospitais: aumento total cirurgias 14,9%; cirurgias ambulatoriais aumentaram +53,6%; cirurgias urgentes + 7,3%. Tempos de espera para acesso a cirurgia: era de 8,6 meses em 31-12-2005, passou para 4,4 meses em 31-12-2007.
10. Inclusão da vacina contra o vírus do papiloma humano no Plano Nacional de Vacinação
11. Saúde Oral no SNS para grávidas e beneficiários do CSI

ção global 83,5%. SIMPLEX 2008, 189 medidas de simplificação.

5. Iniciou-se a expansão da nova rede Lojas do Cidadão 2ª Geração.

Competitividade

1. Empresa na Hora. Mais de 45.000 empresas criadas na hora. Desde Julho 2005, 71% to total das sociedades criadas foram-no através desta medida.
2. Novo Regime do Arrendamento Urbano. Reforma concluída, para dinamizar o mercado com justiça social.
3. Plano Tecnológico. 100% executado (117 medidas)
4. Inov-Jovem. Já abrangeu 4.634 jovens, dos quais 4.416 ficaram integrados em PME (20-2-2008). Foi lançado novo concurso abrangendo 3.000 jovens. Três em cada quatro jovens envolvidos no Programa de Formação e Estágios em PME, conseguiram emprego depois do Programa.
5. Inov-Contacto: já atribuiu 548 estágios, tendo obtido emprego 213 (46%) em Portugal e no estrangeiro (+ 350 vagas em 2008) (20-2-2008)
6. QREN 2007-2014. Concentrar o investimento no Potencial Humano, nos Factores de Competitividade e na Valorização do Território. Assinado com Comissão no início de Julho.
7. Netemprego. Cerca de 130.000 cv re-

10. Iniciativa Novas Oportunidades. 360.000 cidadãos inscritos. Articular as ofertas do sistema escolar e do sistema de formação profissional para promover novas oportunidades de aprendizagem e qualificação.

Segurança Social:

1. Convergência entre o regime de aposentação da função pública e o regime geral da segurança social.
2. Sustentabilidade da Segurança Social. Introdução do factor de sustentabilidade; cál-



Simplificação da vida das pessoas

1. Documento Único Automóvel. Mais de 4.060.000 certificados de matrícula até final de Fevereiro de 2008.
2. Cartão Único do Cidadão. Reúne BI, NIF, Saúde e Segurança Social. Fase experimental em 2007 nos Açores, generalização em 2008. No total, mais de 36 mil cartões já entregues.
3. Segurança Social Directa. Conta com o registo de mais de 255 mil cidadãos e 508 mil empresas. Só em 2007, teve cerca 2,3 milhões de acessos.
4. Modernização administrativa e Simplificação legislativa. SIMPLEX 2006, 333 medidas, execução global de 86,9%. SIMPLEX 2007, 235 medidas, execu-

gistados no site. Mais de 8000 ofertas de emprego.

8. Aposta nas energias renováveis. Portugal foi o país da UE que mais cresceu na capacidade de produção de energia eólica em 2005, e o 2º em 2006. Com este governo já foi instalada mais potência eólica do que nos últimos 8 anos, com 36 novos parques eólicos, o que significa um aumento de 60% da potência instalada. Em 2007, 40% da electricidade produzida a partir de fontes renováveis (ultrapassando a meta europeia de 39% para 2010)
9. Plano de Investimentos em Infra-Estruturas Prioritárias. Novo Aeroporto Internacional; Ligação de Alta Velocidade Lisboa-Porto em 2013.

Defesa dos Consumidores

1. Exigência de prazos às seguradoras para pagamento das indemnizações
2. Exigência de arredondamento à milésima nos empréstimos bancários e uniformização os critérios de contagem do cálculo de juros.
3. Imposição de limites à cobrança de encargos com a liquidação de crédito à habitação e simplificação dos mecanismos de forma de a facilitar os processos de liquidação e transferência de créditos.
4. Criação da ASAE

Combate à sinistralidade rodoviária. De 2006 para 2007, diminuição 3 por cento no número total de sinistrados nas estradas (mortos, feridos graves e feridos ligeiros). Mortos em acidentes rodoviários: 846 em 2006, 854 em 2007.

Dados sobre desemprego e emprego:

1. Segundo o INE, a taxa de desemprego em Portugal no 1º Trimestre de 2008 fixou-se em 7,6%, registando uma descida, de 0,8 pontos percentuais, por comparação com o trimestre homólogo de 2007, e descendo 0,2 p.p, em relação ao trimestre anterior. [A taxa de desemprego no 1º T 2005=7,5%]
2. A população desempregada foi estimada pelo INE em 427 mil indivíduos, verificando-se um decréscimo de 9,1% face ao trimestre homólogo de 2007, e de 2,8% face ao trimestre anterior.
3. O número de empregados aumentou 1,1% (55,3 mil) quando comparado com o trimestre homólogo de 2007, e 0,1% quando comparado com o trimestre anterior.
4. Desde que o Governo entrou em funções (1º T 2005) até hoje (1º T 2008) a economia já criou 96.600 empregos líquidos.

culo da pensão com base em toda a carreira contributiva; limitação superior do valor das pensões; promoção do envelhecimento activo; indexante de apoios sociais. Comité de Política Económica do Conselho da UE validou as projecções apresentadas pelo Governo em relação à despesa com pensões: Portugal sai oficialmente da zona de alto risco para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social

3. Segurança Social registou um excedente orçamental de 1,147 mil milhões de euros em 2007. Este resultado, na óptica da contabilidade pública, supera o saldo global previsto no Orçamento do Estado para 2008 de 706 milhões de euros. O saldo positivo da Segurança Social é justificado pelo crescimento das receitas efectivas, na ordem dos 4,4 por cento, acima das despesas, que cresceram 2,3 por cento em 2007

Gerais

1. Ordenamento do território e licenciamento. Revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico da urbanização e edificação; revisão dos regimes jurídicos de licenciamento das actividades económicas, em domínios como a indústria, o comércio e o turismo.
2. Acordo político-parlamentar sobre Justiça. Aprovado Código Penal, Processo Penal, Mediação Penal, reforma dos recursos cíveis e autonomia do Conselho Superior de Magistratura.
3. Plano Nacional para as Alterações Climáticas. Antecipação das metas de Quioto: em 2010, 45% de toda a electricidade consumida terá por base energia renovável e 10% combustível gasto por transportes será bio-combustível.
4. Novas Leis das Finanças Locais e Regionais. Descentralização de Competências e Solidariedade Nacional.

Sócrates re a novos projec

No âmbito do programa “Governo Presente”, o primeiro-ministro e membros do Executivo estiveram no distrito de Coimbra, deslocando-se aos concelhos de Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Penela e Tábua.

NUMA semana difícil para Portugal, como a classificou o ministro da Economia, Manuel Pinho, a propósito da greve de três dias desencadeada pelos camionistas, José Sócrates foi ao interior do país inaugurar no município de Tábua uma nova unidade fabril que criará a breve prazo 400 novos postos de trabalho, algo que o primeiro-ministro se referiu como traduzindo o verdadeiro “espírito português” tão necessário, como acentuou, ao desenvolvimento de Portugal.

A futura unidade fabril de Tábua, um projecto que avança na sequência de um contrato com a multinacional sueca Ikea, deverá estar em funcionamento já em 2009, e resulta de um investimento que assumirá a “maior importância para a economia portuguesa”, como disse o líder do Governo, lembrando que a nova fábrica produzirá anualmente mercadorias no valor de mais de 20 milhões de euros, destinando-se cerca de 80 por cento da produção à exportação.

O primeiro-ministro aludiu ainda aos incentivos fiscais que o seu Governo concede aos projectos económicos situados nos municípios do interior, nomeadamente ao nível do IRC, que nestas zonas, como recordou, é de 15%, enquanto que as empresas do litoral pagam 25%.

Para Manuel Pinto, o lançamento deste investimento em Tábua, de cerca de 20 milhões de euros, demonstra que “há capacidade empreendedora em Portugal e nos portugueses”, facto que em sua opinião destrói o mito de que o interior do país está ao abandono, ideia que o ministro da Economia atribuiu “a certas forças políticas da oposição”, mas que projectos como este, disse, vêm demonstrar e confirmar que os bons projectos também podem partir de pequenas e médias empresa situadas no interior.

Chegou a hora da zona do Pinhal Interior

Durante o “Governo Presente” em Coimbra, o primeiro-ministro afirmou que chegou o momento de “olhar para a zona do pinhal”, que abrange os distritos de Coimbra, Castelo Branco, Leiria e Santarém, e lançar a nova concessão de estradas “Pinhal Interior”.

Sócrates falava junto às ruínas romanas de Coninbriga, em Con-

deixa-a-Nova, no encerramento da cerimónia de lançamento da nova concessão “Pinhal Interior”, que terá uma extensão total de 567 quilómetros.

Entre lanços para construção, cerca de 137 quilómetros, para requalificação, 135 quilómetros e para exploração, 229 quilómetros, a que corresponde um investimento de perto de 772 milhões de euros, a nova concessão “Pinhal Interior”, a nona concessão rodoviária lançada pelo Governo, representa o empreendimento mais ambicioso deste mandato, frisou.

Esta iniciativa do Executivo, acrescentou ainda o primeiro-ministro, é um acto de “solidariedade, justiça e afirmação do Estado português que não quer deixar nenhuma região do país para trás”, dando assim não só “maior coesão ao território nacional”, mas contribuindo também para “reduzir as desigualdades” e abrir o leque de oportunidades para todos.

O que verdadeiramente esta zona do pinhal necessita, disse José Sócrates, é ter as mesmas oportunidades e condições que todas as restantes regiões do país hoje têm, de modo a poder ter acesso às “coisas boas que a sociedade contemporânea pode proporcionar e desenvolver a sua economia”.

Para o primeiro-ministro, “razões de solidariedade, de qualidade de vida, económicas e também de mais segurança rodoviária”, estiveram na base da decisão do Governo em lançar a concessão do “Pinhal Interior”.

O novo pacote de acessibilidades inclui a construção do IC3, entre Tomar e Coimbra, e a concessão do IC8, com ligação entre Proença-a-Nova e a auto-estrada 23.

Na opinião do primeiro-ministro, trata-se de um investimento “muito significativo” para fazer no espaço de poucos anos, algo que, como sublinhou, “já deveria estar feito”, e que permitirá aumentar, não só a coesão nacional, “mas o sentido de responsabilidade e de solidariedade”.

Nesta sessão, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, homologou a adjudicação do estudo prévio para a construção do IC6, IC7 e IC37, que vão constituir a rede rodoviária para a serra da Estrela.

A concessão “Pinhal Interior” servirá mais de 400 mil habitantes e permitirá ainda que as sedes de



concelho da Região Centro, como garantiu José Sócrates, “fiquem mais próximas” das redes de qualidade elevada, caso da IC3 e IC8, com níveis superiores de comodidade e segurança.

Concelhos como Tomar, Ferreira do Zêzere, Sertã, Oleiros, Proença-a-Nova, Vila Velha do Ródão, Alvaiázere, Ansião, Penela, Castanheira de Pêra, Condeixa, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Arganil, Coimbra, Pombal, Vila de Rei, Pampilhosa, Pedrógão e Sardoal, são os municípios que serão servidos e beneficiados por esta nova concessão “Pinhal Interior”.

A adjudicação está prevista para o primeiro trimestre de 2009, devendo estar concluída no primeiro trimestre de 2012.

A este propósito, Mário Lino recordou que o distrito de Coimbra

em 2005 disponha de uma cobertura de apenas 41% de estradas em operação no âmbito do Plano Rodoviário Nacional (PRN), e que neste momento, segundo dados por si adiantados, o distrito dispõe já de uma percentagem de cobertura de cerca de 60%, “bastante próximo da média nacional”, como sublinhou.

Daqui a um ano, disse, “quando o Governo terminar o seu mandato”, o investimento em rodovias, incluindo a concessão do “Pinhal Interior”, no distrito de Coimbra estará acima da média nacional, prevendo o Governo que o investimento global ronde os cerca de 1.200 milhões de euros.

Serviço Nacional de Saúde deve modernizar-se

Falando em Penela, na inauguração da Unidade de Cuidados

Continuados, da Santa Casa da Misericórdia, o primeiro-ministro criticou aqueles que pensam que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) “deve continuar igual ao que era quando foi criado”, frisando que o Governo investe num sistema que se pretende “mais moderno e sofisticado”.

Para Sócrates, os que pensam que o SNS deve continuar a ser gerido da mesma forma como foi criado “estão enganados”, defendendo em contrapartida, que o Governo avance, desde já, para uma gestão cada vez mais moderna e sofisticada, recordando que há 20 anos atrás, o “país era diferente”.

Segundo o primeiro-ministro, o Estado deve assumir a responsabilidade de empreender “uma reforma do SNS”, de modo a que não se ponham em causa, como

afirma apoio ctos do interior



referiu, “os objectivos principais deste sistema enunciados quando foi criado pelo PS há cerca de 20 anos”.

Sócrates lembrou que o que está hoje sobretudo em causa “é dar resposta à qualidade de vida das pessoas idosas”, problemática, como frisou, que assume um carácter muito especial na sociedade portuguesa e europeia, devido, como lembrou, à preocupante baixa taxa de natalidade registada.

Com o país a envelhecer, disse, o Governo tem vindo a apostar em políticas cada vez mais voltadas para o apoio aos mais idosos, algo que na opinião do primeiro-ministro obrigará a “mudanças, reformas e novos investimentos” no SNS, medidas que devem responder “aos anseios das pessoas”.

Na Região Centro, a Rede de

Cuidados Continuados, uma reforma que o primeiro-ministro considerou “a mais consensual no seio do SNS”, começou inicialmente por dispor de 373 camas, atingindo presentemente um total de 659 camas, ou seja, um acréscimo de perto de 77%.

20 milhões para a Universidade de Coimbra

O primeiro-ministro anunciou o compromisso do Governo no financiamento de três projectos emblemáticos da candidatura da Universidade de Coimbra (UC) a Património Mundial da UNESCO.

Este compromisso, estimado em 20 milhões de euros, pretende, como garantiu José Sócrates, manifestar o apoio e a disponibilidade do Governo em apoiar esta candidatura da UC, afirmando que é

com projectos desta natureza “que se constrói um país melhor”.

O protocolo de apoio à candidatura, celebrado entre o Governo e o reitor da Universidade de Coimbra, Fernando Seabra Santos, traduz-se no financiamento de 20 milhões de euros e destinam-se a financiar o futuro Tribunal Universitário Judicial Europeu, a instalar no Colégio da Trindade, para a nova biblioteca da Faculdade de Direito e para a construção do Centro de Interpretação e Divulgação da Universidade de Coimbra.

Elogiando a candidatura da UC a Património Mundial da UNESCO, José Sócrates sublinhou o facto de o projecto ter “implícito um contributo para uma política moderna de cidades”, colocando o património histórico ao serviço das políticas de desenvolvimento, e ainda, o seu carácter inovador. **R.S.A.**



TRÊS PERGUNTAS A DOIS PRESIDENTES DE CÂMARA Revolução no Pinhal Interior

Na sequência do Governo Presente em Coimbra o "AS" enviou aos presidentes socialistas das câmaras da zona do Pinhal "Sertã, Proença-a-Nova e Condeixa-a-Nova – as seguintes questões:

João Paulo Marçal Lopes Catarino

PROENÇA-A-NOVA



1. É uma ajuda preciosa. Algumas destas reivindicações têm mais de 50 anos e outras com mais de 20, que agora com a iniciativa deste Governo vão concretizar-se e passa a ser uma realidade aquilo que todos prometeram mas que até hoje ninguém cumpriu, apenas este Governo.
2. Sem dúvida que sim, daí a necessidade urgente destas vias de comunicação. Estamos a falar da ER351 da Isna de Oleiros até ao Pontão do Laranjeiro, e da conclusão do IC8. Para além destas vão ser efectuadas obras na EN241, na zona do Centro de Ciência Viva da Floresta. São três avultados investimentos da administração central, um de carácter local, outro de carácter regional e outro de âmbito nacional. Julgo que qualquer um destes três investimentos é muito importante para o concelho, e são também aspirações de há muitos anos, que se concretizam agora.
3. O Governo vai cumprir este objectivo dentro do prazo que fixou mas julgo que isso não é o que mais importa. Se eventualmente forem precisos mais três ou quatro meses para cumprir a meta não será grave. O importante é que este Governo e este primeiro-ministro tiveram a coragem de fazer os investimentos que vinham a ser reivindicados há várias décadas e que não foram até hoje concretizados e que agora vão sê-lo. Estou convencido que depois destes investimentos esta região em termos de actividades não só económica mas também turística e a outros níveis ficará muito mais bem servida e terá outras oportunidades. Se estes investimentos tivessem sido feitos há 20 anos atrás, esta região estaria hoje em condições muito diferentes, mas não foram, e serão agora porque temos um primeiro-ministro que tem a coragem de investir nesta região ao contrário de outros que prometeram sempre e nunca foram capazes nem tiveram essa coragem, alguns destes investimentos não se traduzirão em milhares de votos, mas contribuem para a coesão territorial e são da mais elementar justiça para as pessoas que aqui vivem. É por esta razão que estes investimentos só se fazem quando temos a felicidade de ter um primeiro-ministro que dá valor a coesão territorial e pratica a solidariedade inter-regional.



Paulo Farinha

SERTÃ

1. A construção do IC 3 e a reformulação e conclusão do IC 8, assim como os novos troços da EN 238, respectivamente, entre Sertã e Oleiros e Sertã e Ferreira do Zêzere, para além de rasgarem parte da interioridade onde nos inserimos, são acessibilidades decisivas para um desenvolvimento que queremos sustentado para o concelho da Sertã, e constituem um factor de afirmação de solidariedades e de promoção de interesses comuns entre os agentes económicos da Zona do Pinhal, porquanto irão ajudar a organizar os espaços rurais envolventes.
2. A concretização destas acessibilidades irá ser determinante para o desenvolvimento e para o progresso social e económico do concelho da Sertã. Mas, entendamo-nos quanto ao tipo de desenvolvimento que queremos para esta região. Defendemos um desenvolvimento que não vise só o crescimento económico mas uma melhoria qualitativa no bem-estar humano, tendo em conta a conservação da natureza. E isto por duas ordens de razões: porque qualquer noção de desenvolvimento não faz sentido se não tem o homem e a sua qualidade de vida como beneficiário, e porque só quem tem qualidade de vida está disposto e é capaz de ser motor do desenvolvimento. Temos sempre bem presente que o conceito de "Desenvolvimento Local" consubstancia o combate às assimetrias, mas também o tempo e modo de inovação.
3. Diversas vezes na apresentação da concessão "Pinhal Interior", o primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou que a hora do Pinhal tinha chegado, e ninguém melhor do que ele conhece as vicissitudes a que a maioria das populações desta Região tem estado sujeita devido à falta destas infra-estruturas. Daí estar convicto que o Governo cumprirá o objectivo a que se propôs nessa apresentação.

1. Até que ponto é que esta iniciativa do Governo vai ajudar ao desenvolvimento e ao progresso social e económico do seu município?
2. As vias de comunicação ou a falta delas representam ainda um problema e um obstáculo à modernização do seu concelho?
3. O distrito de Coimbra tem uma cobertura ao nível das estruturas rodoviárias novas que atingem cerca de 41% da média nacional. O primeiro-ministro entretanto, já garantiu que em 2009 esta média subirá para os 60%. Acha que o Governo poderá cumprir esta promessa ou este objectivo só será atingido mais tarde?



Governo quebra isolamento da Beira Serra

AQUANDO da sua deslocação ao distrito de Coimbra, no âmbito do programa "Governo Presente", o primeiro-ministro presidiu à cerimónia do lançamento da concessão do "Pinhal Interior", iniciativa que inclui um conjunto de intervenções ao nível rodoviário, naquela que é para o secretariado da Comissão Política Concelhia do PS de Arganil, "a maior revolução em termos de novas acessibilidades alguma vez verificada na região".

Os responsáveis do PS de Arganil lembram a este propó-

sito que o distrito era em 2005 o que se deparava "com a mais baixa taxa de execução do Plano Rodoviário Nacional", cenário agora alterado por iniciativa do Governo, passando a usufruir de condições "intra e inter-regionais que potenciam o seu desenvolvimento".

Exemplo deste avanço estrutural, lembram os socialistas de Arganil, são as obras do IC6, entre a Catraia dos Poços e o limite do concelho de Oliveira do Hospital e a sua futura

continuidade que irá, como recordam, "permitir a ligação à Covilhã e ao IC7, em Celorico da Beira", mas também o IC37, que ligará Seia a Viseu, mas fundamentalmente, como frisam, "pela confirmação da concretização para breve do novo traçado da EN 342", obra que poderá estar concluída em 2012, e que permitira, como garantem, "ligar os concelhos da Beira Serra ao resto do país", quebrando o isolamento a que têm estado condenados. R.S.A.

Socialistas de Ermesinde debateram revisão do Código do Trabalho

Com o objectivo de esclarecer os militantes acerca da revisão do Código do Trabalho, a Secção do PS/Ermesinde promoveu um debate sobre este tema, que contou com a presença de Artur Penedos, dirigente socialista e assessor do primeiro-ministro para os Assuntos Sociais e Laborais.



NA SUA intervenção, Artur Penedos começou por acusar o PCP e a CGTP de terem mantido intacta a estrutura corporativista de Salazar para poderem dizer que têm muitos sindicatos. “Pouco importa que sejam frágeis e de reduzida representatividade. O que verdadeiramente importa é o seu número, o que importa

é poder afirmar que têm uma central sindical com muitos sindicatos”, disse.

E alertou que, “como já nos habituaram o PCP e seu ‘braço’ sindical, a CGTP”, os tempos que se avizinham serão de “intoxicação, de distorção e de insulto”. Mas, acrescentou, “mas com audácia e determinação e, acima

de tudo, sem qualquer receio, os socialistas, hoje como ontem, darão combate às teses catastrofistas e mentirosas daqueles que têm no Partido Socialista o seu inimigo”.

Apesar destas críticas à postura da CGTP, o dirigente socialista fez questão de frisar, uma vez mais, ser defensor da existência

de sindicatos fortes, considerando que o “pior que poderia acontecer à nossa sociedade era o seu desaparecimento. Teríamos uma sociedade amorfa, desigual e geradora de desigualdades”.

Proposta promove relação laboral de qualidade

Artur Penedos afirmou que o Governo quer honrar o compromisso da revisão do Código do Trabalho, que, sublinhou, é uma proposta que “promove uma relação laboral de qualidade, onde os trabalhadores colhem os benefícios do combate à precariedade e as empresas obtêm um prémio pelo exercício de boas práticas empresariais”.

O dirigente do PS enumerou as propostas do Executivo, no âmbito da revisão laboral, que se centram em cinco questões fundamentais decisivas para as empresas e para a qualidade do emprego. Ou seja, explicou, o combate à precariedade,

promovendo emprego de qualidade e melhor protecção social; o aumento da adaptabilidade nas empresas; a alteração dos procedimentos no regime dos despedimentos; tornar efectiva a legislação laboral, sancionando infracções violadoras de direitos dos trabalhadores; e valorizando a negociação colectiva e a representatividade dos parceiros sociais.

Na sua intervenção, destacou que uma das principais prioridades da reforma laboral proposta pelo Governo é o combate à precariedade, nomeadamente o abuso dos falsos recibos verdes e uso indiscriminado dos contratos a termo.

Por outro lado, Artur Penedos reiterou que, ao contrário do que algumas forças políticas e sindicais pretendem fazer crer, “nenhum trabalhador poderá ser despedido sem justa causa”, sublinhando que, em matéria de despedimentos, se mantém a proibição de despedimento sem justa causa.

Socialistas da Póvoa de Varzim fazem roteiro social pelo concelho

FACE à grave realidade socio-económica do concelho, onde se assiste a “uma preocupante insensibilidade social” por parte do Executivo da Câmara, o PS da Póvoa de Varzim está a realizar durante o mês de Junho a iniciativa “Roteiro Social”.

Assim, no âmbito desta iniciativa, os socialistas reúnem com técnicos da Unidade local do Serviço de Acção Social da Segurança Social e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do concelho. Foi ainda solicitada uma reunião com a divisão de Acção Social da Câmara Municipal.

Paralelamente a estas reuniões, o PS/Póvoa visita também instituições de solidariedade social do concelho.

Com este roteiro, o PS pretende “discutir e analisar o diagnóstico social do concelho com aqueles que lidam com este fenómeno no

seu dia-a-dia no terreno, recebendo os seus contributos, na busca de medidas eficazes que possam, senão resolver, pelo menos procurar atenuar a grave situação existente”.

Este “Roteiro Social” culminará com um conjunto de propostas para a área social, a apresentar pelos vereadores socialistas em futura reunião de Câmara.

Segundo o PS da Póvoa de Varzim, “as situações de debilidade social e de pobreza não podem deixar de configurar uma preocupação de todos os agentes políticos e sociais, devendo merecer de todos uma profunda reflexão crítica sobre o actual estado de agravamento das desigualdades sociais”, acrescentando que “sem demagogias e sem sectarismos, hoje o nosso país vive um clima social associado a uma conjuntura económica que reforça a necessidade de repensarmos, todos, a actuação dos agentes polí-



ticos, locais e nacionais, e a eficácia das suas políticas para combater este flagelo crescente”.

No que respeita ao concelho da Póvoa de Varzim, os socialistas alertam que “a situação social tem vindo a agravar-se de forma evidente, com situações de pobreza

extrema que envergonham a dignidade humana, paralelamente ao fenómeno emergente da pobreza encapotada ou envergonhada”.

Com efeito, acrescentam, “a Póvoa de Varzim é o segundo concelho do Grande Porto com menor índice de poder de com-

pra concelhio (juntamente com Valongo), tendo também o menor rendimento bruto médio por declaração de IRS, sendo este também o concelho com a maior taxa de abandono escolar”.

Paralelamente a estes dados, os socialistas da Póvoa sublinham que se continua a “assistir a uma preocupante insensibilidade e indiferença social por parte do Executivo da Câmara”. Na verdade, referem, “hoje a Póvoa de Varzim é uma cidade muito cara de se viver, com taxas e impostos municipais muito inflacionados e acima do real poder de compra da generalidade das famílias poveiras”.

Assim, “cada família poveira paga de impostos locais, mais de 1000 euros por ano à Câmara, ou seja, cada agregado familiar poveiro paga só em impostos e taxas municipais cerca de 100 euros mensais” à autarquia.

Concelhia de Albufeira promove formação autárquica

PROMOVER uma participação mais activa dos militantes na defesa dos interesses dos munícipes é o objectivo central de um conjunto de acções de formação organizadas pelo PS/Albufeira, a primeira das quais decorreu recentemente, com a presença do deputado socialista Luís Pita Ameixa, membro da Comissão de Poder Local e ex-presidente da Câmara de Ferreira do Alentejo.

De acordo com o presidente da



Concelhia de Albufeira, David Martins, a iniciativa, que prosseguirá no segundo semestre deste ano, pretende valorizar os militantes do PS através da disponibilização de informação e conhecimentos sobre matérias de interesse político e social, de forma a “promover uma participação mais activa e efectiva na defesa dos interesses dos munícipes do concelho”.

No âmbito desta primeira sessão dedicada à Administração Local,

foram abordadas diversas questões relacionadas com o enquadramento das autarquias locais, a relação entre municípios e freguesias, bem como atribuições e delimitação.

Descentralização, competência e funcionamento dos órgãos autárquicos, Lei das Finanças Locais, estatuto de direito à oposição, intermunicipalidade e a supramunicipalidade, associações de municípios, regiões administrativas, Assembleia Distrital, Lei Eleitoral e a sua reforma

abortada foram outros temas em destaque nesta sessão de formação, durante a qual foram ainda discutidas a especificidade do sistema de governo municipal, a paridade de género e a limitação dos mandatos.

No segundo semestre de 2008, a Concelhia do PS/Albufeira promoverá novas acções de formação sobre os casos de sucesso na administração local e os documentos estratégicos na gestão da administração local (formação técnica). M.R.



SECÇÃO DE CORROIOS COMEMOROU O SEU 34º ANIVERSÁRIO

MAIS de uma centena de militantes e simpatizantes socialistas participaram num jantar em Miratejo que assinalou o 34º aniversário da Secção do PS de Corroios, no decurso do qual foram entregues emblemas aos camaradas com 25 anos de filiação no partido.

Na sessão, que contou com a presença dos deputados à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal e coordenadores das secções do concelho, o presidente da Federação, Vítor Ramalho, falou sobre o actual momento político, marcado por uma difícil conjuntura económica de origem externa, e criticou a postura dos adversários políticos locais, enquanto a deputada Marisa Costa fez uma breve análise da situação política no concelho e no distrito.

Usaram ainda da palavra o vereador socialista da Câmara do Seixal José Assis e o presidente da Concelhia, Nuno Tavares, bem como a coordenadora da Secção, Lurdes Cunha, que abriu a sessão agradecendo a presença de quantos se quiseram associar a esta comemoração.



MINISTRO DO AMBIENTE EM DEBATE NA SECÇÃO DA BOBADELA

A SECÇÃO do PS da Bobadela realiza no próximo dia 1 de Julho, na sua sede, um debate com o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Nunes Correia.

Esta iniciativa tem como objectivo esclarecer os militantes e a comunidade local sobre o balanço dos três anos da presidência portuguesa da UE e dos três anos de políticas ambientais do Governo, o QREN, as alterações climáticas no pós-Quito, as perspectivas e consequências da crise mundial no mercado de petróleo e a situação dos reservatórios de combustível da Galp na Bobadela.

Esta iniciativa surge no âmbito de um ciclo de debates que a Secção da Bobadela tem vindo a promover com membros do Governo e do Partido Socialista sobre o trabalho desenvolvido pelo Executivo e sobre as perspectivas para o último ano do mandato e para o próximo ciclo 2009-2013.

PS/Londres e Partido Trabalhista inglês colaboram em Lambeth

O CAMARADA Carlos Queirós é o coordenador da nova direcção da Secção do PS em Londres, composta pelos membros do Secretariado Joaquim Pombo, Guilherme Rosa, Marco Castro, Mafalda Piçarra e pelo tesoureiro Eurico Santos.

Reunir com o Partido Trabalhista (PT) para analisar a forma de concretizar a cooperação entre partidos e comunidade portuguesa residente na localidade de Lambeth, uma das maiores comunidades lusas na Inglaterra, será a primeira tarefa da nova coordenação do PS/Londres.

Destaque-se que ambos os partidos pretendem colaborar de forma permanente, visando envolver os portugueses e os ingleses em actividades político-partidárias a desenvolver iniciativas diversas de modo conjunto, segundo avançou o presidente do Conselho de Lambeth e membro do PT, Steve Reed, para quem esta deverá constituir uma via de aproximação e de cooperação política enquadrada pelos partidos a nível nacional.

A intenção ficou patente durante uma reunião entre o director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco, e Steve Reed, que decorreu em Kennington Park, no âmbito das cerimónias do Dia de Portugal.

A ideia principal subjacente a esta iniciativa passa por levar a vasta comunidade portuguesa de Lambeth a participar mais nas decisões que dizem respeito à organização política, social e administrativa da zona onde vivem.

Nova Secção em Metz

Entretanto, foi criada em Metz, França, uma nova Secção do PS, durante uma ceri-



mónia que decorreu no dia 20 de Junho e que contou com a participação do director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco.

A criação desta estrutura local socialista, que será interinamente coordenada por Nathalie Oliveira, deverá ajudar a promover contactos e debates em torno de questões associadas à cooperação com o PS francês, à situação das comunidades portuguesas na França e à dupla cidadania.

Nesta ocasião foram também entregues os cartões aos primeiros 25 militantes fundadores da Secção do PS de Metz.

Um dia depois, Paulo Pisco, Natahalie de Oliveira e o presidente da Federação do PS francês da região da Moselle, Jean-Marc Todeschini, debateram as formas de cooperação efectiva entre os dois partidos, designada-

mente a participação dos portugueses nas actividades cívicas que forem desenvolvidas pelas duas estruturas.

Nathalie de Oliveira, recentemente eleita conselheira municipal, interveio numa reunião em que participaram perto de 40 portugueses para falar da importância da organização política como forma dos portugueses a residir na cidade fazerem valer os seus direitos de cidadania.

Destaque ainda para a realização de encontros entre o director do Departamento Internacional e de Comunidades e o presidente e o vice-presidente da Câmara de Metz, de maioria socialista, respectivamente, Dominique Gros e Richard Logier, que manifestaram o seu apoio à iniciativa de criar uma secção do PS como forma de envolver os portugueses na discussão dos seus problemas.

Poder local em Setúbal precisa de alternativa PS

É VITAL que o PS apresente “verdadeiras alternativas” nas eleições autárquicas de 2009. Este o apelo deixado pelo presidente da Federação do PS de Setúbal, camarada Vítor Ramalho, num jantar-convívio recentemente organizado pela Comissão Política Concelhia (CPC) de Santiago do Cacém, em Vila Nova de Santo André.

Perante cerca de duas centenas de participantes, Vítor Ramalho fez também referência a vários aspectos negativos da gestão autárquica comunista um pouco por todo o distrito, criticando-os e sublinhando a necessidade de mudança no panorama do poder local em Setúbal.

Nesta ordem de ideias, o presidente da CPC do PS de Santiago do Cacém, Arnaldo Frade, fez referência à tarefa de aproximação do partido às populações, à conjuntura favorável que se apresenta para o litoral alenteja-



no em termos de novos investimentos e às debilidades da gestão comunista na Câmara Municipal.

O camarada Arnaldo Frade defendeu ainda na sua intervenção política a continuidade do trabalho em curso com vista à criação de “um projecto e de uma equipa ganhadores” na

próxima batalha eleitoral do poder local.

A última intervenção da noite foi a do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, que se referiu ao que descreveu como “a matriz da governação do PS”, lembrando a situação na qual Portugal se encontrava em 2005, aquando da tomada de posse do Executivo liderado por José Sócrates, e o facto do partido não governar para grupos ou sectores individualizados da sociedade portuguesa, mas sim para todos os portugueses.

Neste jantar-convívio estiveram também presentes o secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, o eurodeputado socialista Joel Hasse Ferreira, os presidentes de câmara do PS no litoral alentejano, os presidentes de juntas de freguesia e de CPC's, bem como vários cidadãos independentes.

Estruturas concelhias do PS visitam Freguesia de Alhandra

INFORMAR e mobilizar os agentes do poder local para uma política de cada vez maior proximidade dos cidadãos foi o objectivo central de uma visita realizada pelos camaradas da Secção de Alhandra do PS, em colaboração com a respectiva Comissão Política Concelhia (CPC), à freguesia do mesmo nome.

Esta iniciativa, que decorreu no passado dia 14 de Junho, contou com a participação

dos membros dos secretariados da CPC e da Secção de Alhandra, bem como do presidente da Assembleia Municipal e deputado da Assembleia da República, João Gaspar.

A acção visou essencialmente fornecer informações sobre o trabalho desenvolvido pelas estruturas locais do Partido Socialista, auscultar a opinião da população, os seus anseios, as suas críticas e as suas sugestões.



Precariedade diminui com novo Código do Trabalho

PS/LEÇA DO BALIO

A PROPOSTA do Governo de revisão do Código do Trabalho vem responder às necessidades de adaptação do país às exigências de uma economia cada vez mais globalizada e competitiva, afirmou o dirigente nacional do PS e assessor do primeiro-ministro para os Assuntos Sociais e Laborais, Artur Penedos, acrescentando que “com estas medidas realistas, objectivas e socialistas queremos promover uma negociação colectiva capaz de gerar soluções contratualizadas”.

Artur Penedos falava durante o debate promovido pela Secção do PS de Leça do Balio sobre a reforma laboral com o objectivo de elucidar os militantes acerca das propostas do Governo. O presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e também da Comissão Política Concelhia do PS/Matosinhos, Guilherme Pinto, e o coordenador da Secção, António Jorge Costa, marcaram igualmente presença nesta iniciativa.

Na sua intervenção, Artur Penedos recordou que a proposta do Governo de revisão do Código do Trabalho se prende com cinco questões basilares, decisivas para as empresas e para a qualidade do emprego: combater a precariedade, aumentar a adaptabilidade das empresas, alterar os procedimentos no



regime dos despedimentos, tornar efectiva a legislação laboral e valorizar a negociação colectiva.

O assessor do primeiro-ministro destacou o combate à precariedade na proposta do Executivo, que se desenvolve, nomeadamente, através da denúncia dos falsos recibos verdes e do uso incontrolável da contratação a termo, implementando meios que possibilitem a intervenção eficaz da Inspeção de Trabalho e do sistema judicial.

E considerou que a proposta de revisão do Código do Trabalho

“promove uma relação laboral de qualidade, onde os trabalhadores colhem benefícios no combate à precariedade e as empresas obtêm um prémio por boas práticas empresariais”.

No que respeita ao combate à precariedade, realçou que o objectivo do Governo é impedir os contratos a termo durante seis anos – prazo que considerou “inaceitável” –, reduzindo essa duração a um máximo de três anos.

Para combater a utilização abusiva dos falsos recibos verdes, lembrou,

o Governo pretende introduzir algumas mudanças, designadamente ao nível das contribuições para a Segurança Social, onerando a entidade patronal com o pagamento de 5% a que acrescentam 2,4% que o Estado prescinde. Desta forma, frisou, os trabalhadores a recibo verde passam a pagar não 32, mas apenas 24,6%.

Com a nova proposta, explicou Artur Penedos, as empresas que optarem por admitir trabalhadores sem recurso ao contrato a termo verão reduzidos em 1% os descontos para a Segurança Social e as que persistirem na contratação a termo serão penalizadas com mais 3%.

Outra das formas de combate à precariedade será desobrigar as empresas, durante três anos, de pagar contribuições à Segurança Social bastando, para isso, que transformem contratos a prazo em contratos sem prazo de jovens com menos de 30 anos, desempregados de longa duração e desempregados com mais de 55 anos.

PCP e BE desesperados

Por outro lado, Artur Penedos

afirmou que o “PCP e Bloco de Esquerda perceberam que o Governo está no caminho certo no combate a precariedade – e procuram, desesperadamente, impedir a concretização de mais um acordo com os parceiros sociais e, por isso, não olham a meios para atingir os fins”.

Perante uma plateia de largas dezenas de socialistas e já na fase de perguntas e respostas, muito concorrida, a agitação promovida por aqueles dois partidos foi abordada por Penedos, que lembrou o domínio que o PCP exerce sobre a CGTP, bem como as tentativas do BE para disputar o poder do PCP naquela organização sindical.

Neste debate interveio ainda o presidente da Câmara e da Concelhia do PS/Matosinhos, Guilherme Pinto, que considerou ser “obrigação do partido manter informados os militantes” e louvou a iniciativa, que considerou “oportuna e ajustada”. Guilherme Pinto apelou ainda à união do partido e defendeu que “este é o Governo mais à esquerda de todos os tempos e o mais preocupado com as questões sociais e com os mais desfavorecidos”.

Guilherme Pinto considerou ainda esta proposta de revisão do Código do Trabalho um “excelente contributo para se alterarem as coisas no mundo do trabalho”.

Açude insuflável possibilitou redefinição completa de Abrantes

A REDEFINIÇÃO completa de Abrantes, que sempre evoluiu de costas para o rio Tejo, é hoje uma realidade graças à construção nesta cidade do açude insuflável inaugurado há um ano pelo primeiro-ministro, José Sócrates. Esta a ideia defendida pelo presidente da autarquia abrantina, camarada Nelson de Carvalho.

Para o edil socialista, a construção do açude, que implicou um investimento de 10 milhões de euros, “possibilitou também a recuperação de uma zona altamente desqualificada e inútil do ponto de vista do uso dos cidadãos e das potencialidades que um rio tinha de ter”.

“As margens sujas afastavam as pessoas e, no Verão, corria apenas um fio de água num imenso deserto de areia, apesar do Tejo ser o maior rio da Península Ibérica”, recordou o presidente da Câmara de Abrantes para quem “o açude e o espelho de água de 50 hectares por ele criado conferiu uma melhor imagem à cidade, um melhor aproveitamento dos recursos e das potencialidades para o recreio, lazer, desporto e turismo”.

Considerando que os resultados do investimento efectuado “mostram uma relação com o rio inteiramente nova”, o autarca socialista disse que as margens e o rio “são agora usáveis pelas pessoas, com uma praia requalificada e um plano de água permanente com vigilante e dinamizadas por restaurantes, bares e discotecas”, que entretanto ali se instalaram.



“O Tejo foi reintegrado na vida colectiva e no desenvolvimento económico da cidade e do concelho”, frisou, antes de anunciar que a cidade vai contar em breve com um novo equipamento hoteleiro com cerca de uma centena de quartos.

“Vamos construir também um Centro Náutico e continuar a re-

qualificar as margens ribeirinhas, para além de vários protocolos já assinados com as Federações de Natação e de Canoagem e, mais recentemente, com a Federação Portuguesa de Motonáutica”, adiantou ainda Nelson de Carvalho.

Refira-se que o açude insuflável, que despertou a curiosidade da comunidade científica e universitária, é uma peça nuclear do Aquapolis, um projecto global de 20 milhões de euros criado para requalificar as margens do Tejo e assegurar um espelho de água permanente nas freguesias ribeirinhas de Rossio, S. Vicente e S. João.

DEPUTADOS DE BRAGA VISITAM O DISTRITO



OS DEPUTADOS socialistas eleitos pelo círculo de Braga efectuaram uma visita ao distrito para no local tomarem conhecimento das diversas realidades que fazem parte do quotidiano deste território.

Em Amares, contactaram várias instituições desde às inseridas nas vertentes económicas até às de cariz mais social, terminando a sua deslocação com uma reunião com o presidente da Câmara Municipal, José Barbosa.

Nesta visita ao distrito, houve também lugar a deslocações a diversas escolas, acção integrada no âmbito de “Um dia com a Educação”, iniciativa que se estendeu a um conjunto de estabelecimentos de ensino dos concelhos de Barcelos,

Braga, Cabeceiras de Basto, Espinho, Fafe e Vizela.

A este propósito os deputados Manuel Mota e Nuno Sá apresentaram na Assembleia da República um requerimento abordando a reorganização de rede do 1º ciclo do ensino básico e secundário, como algo de fundamental, referindo que os estabelecimentos de ensino de Barcelos e Vila Nova de Famalicão, nomeadamente, são exemplo para tantos outros do distrito e do país, estavam há muito a reclamar por uma efectiva reorganização, lembrando que todos os estudos indicavam que as escolas com poucos alunos “são as que maiores índices de abandono e insucesso escolar apresentam”. R.S.A.

Socialistas distinguem-se na defesa da paridade e da igualdade de género

Carla Tavares

Presidente da Comissão Política Concelhia (CPC) do Partido Socialista da Amadora



1. As mulheres têm gradualmente aumentado a sua participação tanto nos órgãos do Partido Socialista como nos diversos órgãos que compõem as autarquias locais. Este aumento de participação veio demonstrar que as mulheres têm tantas condições para exercer este tipo de cargos como os homens.

No entanto, na minha opinião, independentemente da representatividade das mulheres socialistas vir a ser maior ou menor nos futuros órgãos autárquicos, o que realmente importa, é que a escolha seja feita com base em critérios de mérito, competência e qualidade técnica e não, com base nas "quotas" que é preciso preencher.

Pese embora o exposto, considero de extrema importância a participação das mulheres na vida política, seja ela local ou nacional, por terem uma diferente forma de actuar, de perceber os problemas da sociedade, pela dinâmica que vão demonstrando e pela qualidade e competência de que são, em regra, portadoras.

2. O Governo iniciou funções num período muito difícil da economia portuguesa. O défice estava descontrolado, as finanças públicas uma lástima, o desemprego em crescimento e, naturalmente, as desigualdades sociais cada vez maiores. Depois de um período de contenção e de colocar as contas públicas em ordem, o Governo tem vindo a tomar um conjunto de medidas que, do ponto de vista social, são de extrema importância e visam a diminuição das desigualdades e proporcionar um futuro melhor para aqueles que mais precisam, em primeiro lugar.

Naturalmente que o aumento em 25% do abono de família, para as famílias com menores rendimentos, é importante, aliás todas as medidas que o Governo tomou, na área social, são muito importantes e necessárias, mas não podem ser vistas isoladamente, sob pena de perderem a importância que realmente têm.

3. Infelizmente existem ainda alguns sectores da sociedade que tratam de forma diferente as mulheres. Está provado que este tratamento discriminatório não faz o mínimo sentido, porque as mulheres têm demonstrado que são capazes de realizar qualquer função em pé de igualdade com os homens.

Ultrapassado este estigma poderemos definitivamente falar de paridade entre mulheres e homens.



Jovita Ladeira

Presidente da CPC de Vila Real de Santo António

1. As expectativas são as melhores, porque se tem vindo a dar oportunidade para as mulheres se afirmarem no espaço político e souberam conquistar o seu lugar por mérito.
2. As Reformas indispensáveis para a sustentabilidade da Segurança Social foram cruciais, o que permite hoje o cidadão sentir que está assegurado a sua protecção e a sua reforma.

Importa sublinhar que tem presidido sempre a esta reforma o princípio da diferenciação positiva relativamente a todos os cidadãos com baixos rendimentos, é o caso do aumento de 25% do valor do abono de família de menores rendimentos, sem desprezar os incentivos à natalidade e conciliação entre vida familiar e vida profissional.

3. A conciliação entre a vida profissional e vida familiar é ainda um óbice à afirmação da mulher e à mais valia que esta representa para o desenvolvimento do país.

Tem sido notável o esforço do Governo nesta área, o alargamento da Rede de Equipamentos Sociais é disso exemplo, mas porque se partiu de um patamar residual impõe-se um esforço adicional.



Lisete Romão

Presidente da CPC de Silves

1. Como mulher socialista gostaria muito de ver um maior número de mulheres nas listas do PS nas próximas legislativas no entanto considero que essa participação não deverá ser por "cotas" mas sim por competências próprias de cada mulher.

2. As políticas sociais lançadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, são de grande importância; no entanto penso que a acção social tem de ser feita sobretudo à custa de compromissos estabelecidos localmente com os agentes sociais que devem ser solicitados e ajudados para apresentarem os seus programas.

3. Às mulheres portuguesas está-se a pedir, e bem, mais competências e dedicação a causas, no entanto não lhes é dado apoio sócio familiar que lhes permita ser ao mesmo tempo mães, esposas e mulheres.

Seria importante uma rede de creches e jardins-de-infância de qualidade, bons transportes públicos, horários reduzidos, quando o desejarem, sem perda de regalias profissionais, enquanto os filhos são menores ou se tiverem idosos a cargo



Maria Helena Rodrigues

Presidente da CPC de Ribeira de Pena, distrito de Vila Real

1. As condições estão criadas e graças ao Partido Socialista a representação das mulheres é já visível a começar pela Assembleia da República.

Nas próximas eleições, para as autarquias locais, parece-me que vai ser difícil cumprir a lei porque o partido tem poucas militantes e, mesmo essas, nem sempre estão disponíveis para integrar listas ou assumir cargos. Isto não quer dizer que não estejam de acordo e gostem que sejam mulheres as intervenientes. Mais difícil é a partilha desses lugares com os homens sobretudo nas terras mais pequenas.

2. Parece-me de grande alcance e, com esta medida verdadeiramente socialista, estamos a combater a precariedade, a diminuir a pobreza e a equilibrar o fiel da balança que deixava os mais pobres cada vez mais afastados dos mais

ricos. Mas esta medida poderia ir mais longe se tivesse consagrado uma diminuição do horário de trabalho, de um dos pais, por cada filho, para além do horário lectivo. Assim mostrávamos mais atenção às famílias e ajudávamos a resolver alguns dos graves problemas dos pais que é a falta de tempo para estarem com os seus filhos.

3. Há aspectos que ainda penalizam muito as mulheres: "Os trabalhos domésticos, a educação dos filhos e tomar conta dos idosos familiares".

Sobre os idosos familiares, sabemos que as instituições não têm capacidade para todos e há idosos que não possuem capacidade de adaptação a essas instituições.

As mulheres mais pobres que, exercendo ou não uma actividade profissional, e tomam conta de um idoso familiar, também deveriam, por parte do Estado, receber um pequeno subsídio.

Há certos artigos de uso pessoal feminino que são considerados artigos de luxo e possuem IVA a 21%, quando, no meu entender, deveria ser a 5%. A título de exemplo lembro os pensos higiénicos e alguns cosméticos...



Maria João Botelho

Presidente da CPC do Cadaval

1. As minhas expectativas são as de que irá haver uma maior participação das mulheres nas listas para as próximas eleições autárquicas, embora considere que é previsível que essa participação não seja ainda a desejável.

2. O modelo social que existiu no nosso país e que, desde sempre impediu a participação das mulheres na vida política, reservada até há poucas décadas aos homens, tem vindo a mudar, mas exige ainda das mulheres um grande esforço suplementar na vida do dia a dia, quer em termos familiares, quer em termos profissionais.

3. As mudanças culturais são sempre as mais difíceis de fazer, mas as mulheres estão conscientes dos seus direitos e da importância do seu dever de participar na vida pública, aos diferentes níveis e em pé de igualdade com os homens.

Maria Tereza Marques

Presidente da CPC da Marinha Grande



1. Como presidente da Comissão Política Concelhia da Marinha Grande acredito, como aliás sempre o fiz, que as mulheres não têm que ter expectativas para militarem e representarem o partido a que pertencem. Tem sim que querer dar o seu contributo lado a lado com homens, como seres humanos que são: iguais e diferentes!

2. Literalmente: melhor do que não ter feito nada! Mas esta medida não pode ser analisada isoladamente, A possibilidade de alargamento do tempo de maternidade e de paternidade é igualmente interessante. Mas não esqueçamos as creches, estrutura de apoio social vital para o sossego dos pais...e do país. Defendemos ou não a necessidade do aumento da natalidade?

Em Portugal o PS tem sido o partido que se distingue pela defesa intransigente da paridade e da igualdade de género.

Nas últimas eleições concelhias do nosso partido verificou-se que 25 mulheres venceram eleições e são hoje presidentes das suas concelhias.

A este propósito, o "AS" enviou a todas elas as seguintes questões:

1. Quais as expectativas que as mulheres socialistas têm de terem uma maior representatividade nas listas do PS nas próximas eleições para as autarquias locais?
2. Qual a sua opinião sobre as diversas políticas sociais lançadas pelo Governo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, nomeadamente no que respeita ao aumento em 25% do valor do abono de família para as famílias de menores rendimentos?
3. Quais os aspectos que na sua perspectiva mais estão a penalizar as mulheres em Portugal e qual o caminho para se poder ultrapassar esse ou esses obstáculos?

Nesta edição publicamos as respostas que entretanto nos chegaram

3. Talvez que a dificuldade seja minha, mas não consigo encontrar "aspectos particularmente penalizantes das mulheres"... E dos jovens? E dos deficientes? Continuo a pensar do mesmo modo de quando me inscrevi no PS (Verão de 75) todos juntos devemos estruturar uma sociedade onde valha a pena viver e deixar viver, democrática e socialmente falando.

Telma Catarino Dias Madaleno

Presidente da CPC da Covilhã



1. Creio que vai haver mais mulheres nas listas do PS nas próximas autárquicas, porém o número será muito abaixo do desejável. Quando ponderam integrar uma lista, as mulheres têm em consideração a sua situação familiar o que na maior parte das vezes se traduz na desistência do seu intento. Será possível uma maior representatividade feminina na política activa quando forem implementadas medidas que permitam facilitar a conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal da mulher e a sua participação activa na política.
2. Apesar das muitas vozes contrárias existem já resultados positivos palpáveis da política social do Governo. Uma política abrangente que não esquece os que mais necessitam de apoios, os idosos, os deficientes, as mães. Instrumentos como o Complemento Solidário para os Idosos, o Rendimento Social de Inserção, os subsídios sociais de maternidade ou a majoração do abono de família por monoparentalidade têm contribuído para a criação de uma sociedade mais inclusiva e de melhor qualidade. Quanto ao aumento em 25% do valor do abono de família penso tratar-se duma medida da maior importância visto ser um acto de justiça social para com aqueles que mais necessitam deste apoio, os quais perfazem 65% dos beneficiários.
3. A mulher em Portugal continua ainda a ser vista essencialmente como mãe, esposa e dona de casa. As obrigações inerentes a essas actividades impedem a mulher de desenvolver outro tipo de projectos. Esta é uma questão de educação e só quando existir uma plena partilha de tarefas entre géneros é que a mulher ficará liberta para desempenhar novas tarefas. No entanto, há ainda muitos outros aspectos onde a intervenção do poder político é necessária, é o caso da igualdade nos salários, oportunidades de carreira, acesso ao emprego ou formação profissional. Serão também necessárias algumas adaptações ao Código Penal Português relacionadas com a discriminação sexual, que por ser mais estrutural do que, por exemplo, a discriminação religiosa ou racial passa de certa forma impune e despercebida. O Governo de José Sócrates é sensível a estes aspectos e acredito que a médio prazo possamos verificar mudanças.



Susana Amador

Presidente da CPC de Odivelas

1. As mulheres e os homens socialistas devem ter expectativas elevadas quanto a um maior grau de equidade de género na composição das listas das autárquicas a

apresentar no próximo ano. Somos militantes de um partido que cumpriu com a sua palavra em prol de um país mais justo e equitativo. Foi nesta legislatura, com o PS, que se aprovou a Lei da Paridade. Uma lei que vem corrigir uma realidade, em termos de participação política, que estava sociologicamente distorcida. Repare-se que a nível autárquico o défice de participação feminina é uma evidência. Verifica-se apenas uma presença de 7% de mulheres nos órgãos executivos e 13% nos órgãos deliberativos. Estou certa de que no próximo ano as candidaturas autárquicas do PS surgirão ainda mais fortes e melhores, pela diversidade e riqueza que as suas listas irão apresentar em todo o país, para uma batalha política que se prevê árdua e difícil, e que é determinante ganhar, pelo bem das nossas terras.

2. Este Governo tem desenvolvido uma política social sem precedentes nos anos mais recentes. Além do apoio significativo às famílias com menores rendimentos, tem sido muito o investimento realizado em termos de política de família. O Governo PS aumentou a duplicação e triplicação de abono para segundo e terceiro filhos. As famílias monoparentais recebem mais apoio em termos de abono. Foi com este Governo que o SNS passou a apoiar a procriação medicamente assistida. E, em termos de apoio à natalidade, importa referir as 50 mil grávidas que recebem o novo abono pré-natal. São medidas de grande importância e essenciais para quem usufrui delas, como por exemplo a população sénior que carecia de apoio. Hoje são 65 mil pessoas que contam com o Complemento Solidário para Idosos. Uma medida de vasto alcance já assumida, e que é particularmente cara ao Poder Local, é o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) que o Governo lançou. Trata-se do apoio à rede de equipamentos sociais, tendo particular destaque a construção de creches. Outras medidas, de âmbito educativo, como o Novas Oportunidades e o Plano Tecnológico, por exemplo, lançadas pelo PS, têm, a médio prazo, um impacto social relevante, pois como diversos estudos revelam e realidades de sociedades mais prósperas testemunham, uma comunidade com mais qualificações e mais formação é uma sociedade mais justa e equitativa.
3. Apesar do muito trabalho já feito e das desigualdades atenuadas, ainda há um longo caminho a percorrer para que as disparidades de género não se continuem a verificar no nosso país. Muitas mulheres, ainda hoje, contam com várias dificuldades, nomeadamente a conciliação entre a vida profissional e a vida privada, uma vez que grande parte das mulheres continua a ter a responsabilidade exclusiva das tarefas domésticas. Naturalmente, já se começa a verificar uma mudança de mentalidades, fruto da evolução dos tempos e de uma maior e mais consolidada emancipação feminina. Todavia, é preciso que se estimulem mais condições para a efectivação da equidade, designadamente com a promoção, quanto mais precoce mais efectiva, da igualdade de oportunidades. A escola tem, neste particular, um papel relevante, pela função e formação cívica que pode desempenhar. Quanto às famílias, estas precisam de continuar a receber incentivos da sociedade, tanto dos interventores públicos e sociais, como dos privados, que também têm a sua responsabilidade cívica, de modo a garantir mais condições aos pais, nomeadamente às mães, de oportunidades que garantam o seu bem-estar pessoal e social.

LEIRIA DEBATE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



A COMISSÃO Política Concelhia do Partido Socialista de Leiria, no âmbito do seu plano de trabalho, promoveu uma sessão pública de informação, debate e análise sobre o Ordenamento do Território, iniciativa que contou com a participação do secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão, de Jorge Cardoso, presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós e do presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, Paulo Pedro.

Foram muitos os militantes e simpatizantes socialistas que com a sua presença deram a este encontro a dimensão exacta que o problema do ordenamento do território assume para as populações e para a sua vida quotidiana.

O secretário de Estado começou por apresentar as prioridades políticas do Governo, no que se refere ao ordenamento do território e a forma como o Executivo pretende agilizar os procedimentos de modo, como sublinhou, "a tornar mais céleres as decisões".

As revisões dos diversos PDM, lembrou João Ferrão, contam actualmente "com documentos enquadradores" como o Plano Nacional de Ordenamento do Território, instrumentos que fazem parte do Plano Simplex.

A alteração de prazos, a conferência dos serviços, em vez da emissão de pareceres, disse ainda o secretário de Estado, "promovem uma cultura de diálogo e de confiança" essencial, como referiu, para "garantir a eficiência da execução".

Para o responsável governamental, os planos de ordenamento devem ser um instrumento dinâmico que "corresponde a linhas estratégicas de gestão" do território por forma a garantir um desenvolvimento sustentável "assente no equilíbrio entre a vontade económica, social e ambiental".

Depois de fazer a história do primeiro Plano Director Municipal (PDM) de Leiria,

dito de primeira geração, Paulo Pedro, presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, começou por o classificar como "profundamente desactualizado", impondo-se, como defendeu, que a sua revisão se faça o mais rápido possível, criticando, a este propósito a Câmara Municipal de Leiria, liderada pelo PSD, de "arrastar esta decisão há mais de dez anos".

Algo que em sua opinião "não se adapta às necessidades actuais", lembrando que a actual realidade de Leiria aponta para cenários "absolutamente distintos" dos verificados na altura da elaboração do primeiro PDM, sendo que agora já não representa um instrumento estratégico de desenvolvimento harmonioso e sustentável, "mas um entrave ao progresso do concelho".

Também o presidente socialista da Câmara Municipal de Porto de Mós, arquitecto de formação, se referiu ao PDM do seu município, mostrando como está a ser feita a sua gestão de revisão e quais as vantagens e constrangimentos encontrados, assim como os objectivos alcançados ao nível da definição e implementação da zona industrial, equipamentos e infra-estruturas.

Jorge Cardoso lembrou que apesar do seu concelho se caracterizar por um conjunto de particularidades, onde predominam vastas áreas de Reserva Ecológica Nacional e da Rede Natura, foi possível tornar Porto de Mós, como disse, "um território competitivo", chamando para si grandes unidades industriais, regozijando-se com o facto de "uma delas ter saído de Leiria" preferindo instalar-se na zona industrial de Porto de Mós.

Esta realidade, disse ainda, não invalidou o facto de se terem criado paralelamente no município importantes espaços verdes em zonas edificadas, "tirando vantagens das novas acessibilidades" que, sublinhou, "potenciam o desenvolvimento harmonioso do concelho". R.S.A.

Aprofundar o socialismo democrático no mundo

UNIVERSIDADE DE VERÃO DO PS/SETÚBAL

A ideia de que a actual crise internacional, com fortes repercussões sociais, é grave e profunda e evidencia a falência da concepção liberal da economia mundial foi uma preocupação horizontal a todas as intervenções efectuadas na II Universidade de Verão do PS/Setúbal, que decorreu nos dias 20 e 21 de Junho, no pólo da Universidade Moderna.

J.C. CASTELO BRANCO

A DIRIGENTE nacional do PS e eurodeputada Edite Estrela, no encerramento dos trabalhos, sublinhou a unidade existente no interior do partido, condição que considerou fundamental para o PS enfrentar com êxito as próximas batalhas eleitorais de 2009.

Na sua intervenção, Edite Estrela passou em revista a acção do Governo ao longo destes três anos e meio, nomeadamente as reformas levadas a cabo que considerou fundamentais para a modernização do país. Depois de lembrar a situação do país em 2005, quando o actual Governo tomou posse, concluiu que a actual situação é melhor em todas as áreas, salientando, nomeadamente, as contas públicas em ordem e o crescimento económico.

No plano internacional, elogiou a presidência portuguesa da União Europeia, e defendeu ser necessário superar o impasse criado pelo “não” irlandês ao Tratado de Lisboa, porque, frisou, é preciso uma Europa unida.

Antes, o líder da JS e deputado Pedro Nuno Santos defendeu a necessidade do PS alcançar a maioria absoluta nas próximas legislativas, porque é preciso um quadro de estabilidade que garanta a continuação e aprofundamento das políticas que o Governo tem vindo a realizar. “É um projecto que não

pode ficar a meio”, disse.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da AMI – Assistência Médica Internacional, Fernando Nobre, debruçou-se sobre as crises humanitárias nos dias de hoje, traçando um quadro negro da actual realidade marcada por situações de carência e pobreza e extrema pobreza em vários cantos do mundo.

No painel em que se debateu “A actualidade do sindicalismo”, intervieram João Proença e Manuel Carvalho da Silva, respectivamente, líderes da UGT e da CGTP/IN, que defenderam que o sindicalismo deve assumir um crescente papel, sobretudo, como instrumento da dignificação do trabalho e dos trabalhadores, e chamaram a atenção para o “dumping social” relativamente a países emergentes, como a China e a Índia.

“A situação económico-financeira internacional e suas consequências”, o segundo painel em debate, teve como orador o advogado, ex-administrador bancário e ex-ministro Vasco Vieira de Almeida, que na sua intervenção sustentou que a actual crise mundial prova a falência do neoliberalismo, sendo necessário novas respostas, que passam, na sua opinião, pelo aprofundamento dos princípios do socialismo democrático e da social-democracia, nomeadamente quanto ao papel do Estado.



Ricardo Castanheira, e Anabela Pereira da Silva, presidente da Associação das Mulheres Empresárias, foram os oradores do painel “A economia social e as empresas”.

Na sua intervenção, Ricardo Castanheira sublinhou que há cada vez mais um conjunto de empresas como a Microsoft que assumem a sua responsabilidade social, afectando para o efeito verbas significativas para a acção social. Já Anabela Pereira da Silva salientou a importância das Pequenas e Médias Empresas (PME) na criação de emprego. “Devemos pugnar para haver respostas mais eficazes ao nível do emprego para as PME”, disse.

“Emprego e mobilidade” foi o objecto temático do 4º painel, que teve como oradores Fernan-

do Medina, secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, e Ana Paula Vitorino, secretária de Estado dos Transportes. Na sua intervenção, Fernando Medina passou em revista as políticas públicas de emprego que o Governo tem desenvolvido, nomeadamente no que respeita à empregabilidade, salientando a aposta na formação profissional e em programas como as “Novas Oportunidades”.

Por sua vez, Ana Paula Vitorino falou dos investimentos públicos, nomeadamente no domínio das acessibilidades, que têm como plataforma o distrito de Setúbal, e que são dinamizadores da actividade económica nesta região.

Esta 2ª edição da Universidade de Verão, organizada pela Fe-

deração do PS, Departamento Federativo das Mulheres Socialistas e Federação da JS do distrito de Setúbal teve por objectivo principal proceder à análise e ao debate da crise existente à escala internacional, com repercussões nos países individualmente considerados nos domínios humanitários, económico e financeiro, articulando-se essa análise com situações concretas vividas nas empresas, incluindo as respeitantes às responsabilidades sociais. Houve a ideia de enquadrar esta visão com a audição das posições dos responsáveis da CGTP/IN e da UGT, convidados para o efeito, face à importância do sindicalismo nos dias de hoje, em função da crise existente e às respostas que se impõem serem dadas.

CONCLUSÕES

1. Os resultados da crise internacional permitem hoje perceber que a concepção liberal da economia faliu, com consequências visíveis nos planos humanitário, económico e financeiro, lançando múltiplas incertezas quanto ao futuro.
2. A falência do liberalismo abre caminho à necessidade do aprofundamento dos princípios e valores do socialismo democrático e da social-democracia, nomeadamente quanto ao papel do Estado, à relação com a sociedade civil e com a cidadania.
3. Face à desregulamentação global existente, o sindicalismo deve assumir crescente relevância como instrumento da dignificação do trabalho e dos trabalhadores saudando-se o reforço organizativo internacional dos sindicatos com a criação da Confederação Sindical Mundial (CSM) e

o papel recente da organização Internacional do Trabalho no contributo para essa dignificação.

4. Do exposto resulta a acrescida responsabilidade, na actual conjuntura, dos militantes e simpatizantes do PS em concentrarem esforços no debate das ideias, que tenha por base a actual realidade, contributo imprescindível para se superarem os graves constrangimentos existentes, actualmente, que resultam da crise internacional e para que se reforcem os valores e os princípios do socialismo democrático.
5. Sem prejuízo do exposto a responsabilidade social das empresas, preocupação historicamente nova, deve ser encorajada e com ela o fomento de parcerias com o Estado, que devem e têm de correr paredes meias com uma atenção especial do Estado aos novos pro-

tagonistas e intervenientes na acção desenvolvida pela sociedade civil.

6. As preocupações com o emprego, implicando políticas públicas activas, articuladas em rede, não excluindo a articulação com o poder autárquico devem também implicar respostas a mecanismos de empregabilidade, suportadas também numa nova perspectiva cultural de cidadania e de crescente auto-responsabilização dos cidadãos.
7. Saudam-se por fim os investimentos públicos que no domínio das acessibilidades, complementados com outros investimentos público-privados, têm como plataforma o distrito de Setúbal, reforçando a esperança numa melhor qualidade de vida dos cidadãos e colocando o distrito como motor do próprio desenvolvimento e já não como um distrito – problema.

PS/Oeiras realizou seminário sobre formação política autárquica

“A LEI das Finanças Locais traz uma maior transparência e exigência de rigor à gestão das câmaras, que passam a ter de pensar muito bem na sua sustentabilidade económica”, afirmou o secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, na sessão de encerramento do seminário sobre Formação Política Autárquica, promovido pela Concelhia de Oeiras do PS, que decorreu nos dias 21 e 22 de Junho, no auditório Amélia Rey Colaço, em Algués.

Antes, João Serrano, do Secretariado da FAUL, apelou à mobilização dos socialistas para os próximos actos eleitorais e congratulou-se com a oportunidade deste seminário e com a dinâmica imprimida pela Concelhia de Oeiras.

Segundo Marcos Sá, presidente da bancada parlamentar do PS na Câmara de Oeiras, deputado à AR e líder da Concelhia, o seminário registou “uma grande adesão” dos militantes socialistas, entre os quais actuais e antigos autarcas, que assim “estão mais bem preparados” para preparem uma alternativa credível à actual gestão da Câmara de Oeiras.

No quadro de “uma oposição séria”, Marcos Sá referiu ainda que o seminário deu um forte contributo para que “os socialistas possam desenvolver uma série de iniciativas no sentido de fiscalizar a Câmara de Oeiras”, salientando que é necessário “



conhecer melhor os instrumentos jurídicos, de forma podermos accioná-los na altura própria”.

E referiu ainda ter sido com “muita satisfação” que viu muitas importantes figuras do PS, como dirigentes, autarcas e membros do Governo, participarem no seminário.

Na abertura dos trabalhos interveio o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, que apelou à mobilização dos socialistas para as próximas eleições, nomeadamente as autárquicas, e abordou as consequências do aumento dos combustíveis nas economias dos países não produtores de petró-

leo como Portugal.

Nesta iniciativa estiveram em discussão os painéis “Lei das Finanças Locais”, que teve como orador o deputado Pedro Farmhouse, a “Lei Eleitoral Autárquica”, em que interveio o deputado Luís Pita Ameixa, a “Lei das Competências”, em que foram oradores José Luís Barão, adjunto do secretário de Estado da Administração Local, e Paula Alves, ex-autarca da Câmara de Sintra, e “Gestão Autárquica”, que contou com a participação do vice-presidente da Câmara de Lisboa, Marcos Perestrello, e Sérgio Paiva, vice-presidente da Câmara de Odivelas. J.C.C.B.

DELEGAÇÃO PS NO CONGRESSO DA INTERNACIONAL SOCIALISTA

“A RESOLUÇÃO de conflitos para um mundo mais pacífico” e “Agir agora sobre as alterações climáticas”, são os principais temas em que a delegação do PS conta intervir no Congresso da Internacional Socialista, que se realiza em Atenas, de 30 de Junho a 3 de Julho.

A delegação portuguesa, chefiada pelo secretário Internacional, José Lello, no painel “A resolução de conflitos para um mundo mais pacífico”, defenderá que o terrorismo é, actualmente, uma das maiores ameaças à paz e à estabilidade no mundo, pelo que importa que este combate seja feito em todas as frentes, tanto no plano militar, económico e diplomático, como no plano das ideias e da informação.

“Temos de ajudar a desmistificar o radicalismo obscuro e sangrento que assassina civis indiscriminadamente só para impor a sua visão retrógrada e repressiva do mundo, contrária à tradicional tolerância do Islão. Antes de mais, os atentados bombistas são um ataque à tolerância e à moderação, seja nos países ocidentais seja no mundo árabe ou em qualquer outra parte do mundo”, disse José Lello ao “AS” antes de partir para Atenas.

O secretário Internacional do PS



afirma ainda que “a ameaça terrorista representa um ataque aos valores mais importantes que sempre defendemos e sempre nos mobilizaram para ajudarmos a ter um mundo melhor e mais justo, como a paz e a estabilidade, a tolerância e a democracia, a solidariedade e o progresso”, pelo que considera ser fundamental que a Internacional Socialista saiba dar o seu contributo num dos domínios “que mais preocupação causa e mais recursos mobiliza a nível planetário”.

Da delegação do PS presente em Atenas fazem ainda parte Manuela Augusto e Ana Couto, que participam também no Congresso da Internacional Socialista das Mulheres, o secretário nacional para a Organização, Marcos Perestrello, e o director do Departamento Internacional e de Comunidades, Paulo Pisco.

PORTUGAL ENTRE OS MELHORES PAÍSES PARA NEGÓCIO E DOS MAIS SEGUROS DO MUNDO

PORTUGAL encontra-se no 7º lugar na União Europeia e no 13º no mundo no que respeita ao ambiente para negócios, segundo os dados tornados públicos pelo “Global Enabling Trade Report 2008” do World Economic Fórum.

Segundo o relatório desta organização, saído em 18 de Junho de 2008, o indicador do ambiente para negócios apresenta Portugal como um dos países mais sólidos e credíveis para se fazer negócio, colocando-o à frente da Suécia, Holanda, Bélgica, França, Espanha ou Itália.

Este documento mede, entre outros factores, também as políticas e os serviços que facilitam a livre circulação de bens entre países, para além do pilar “ambiente para os negócios”, um índice de que fazem parte colunas tão importantes como o acesso ao mercado, a administração das fronteiras e infra-estruturas de transporte e comunicações.

No índice global, Portugal aparece na 26ª posição numa lista composta por 118 economias, a que corresponde a 14ª posição no contexto da UE a 27.

Com estes dados, regista-se que Portugal subiu quatro posições em relação à posição obtida em 2007 e 12 lugares em relação a 2006, posicionando-se em 16º lugar num ranking que abrange 29 países da OCDE, segundo o Global Benchmark Report 2008, que avalia a preparação dos países para fazer face aos desafios da globalização.

No último ano, Portugal subiu

13 lugares na categoria relativa às condições para o empreendedorismo, ocupando agora a 14ª posição.

Entretanto, e segundo a OCDE, Portugal registou na actividade económica, uma acentuada melhoria em 2008.

De facto e de acordo com o relatório desta organização, a economia portuguesa conheceu uma melhoria da actividade económica, com destaque para o crescimento do PIB de quase 2%, mantendo a trajectória crescente que se verifica desde 2005.

Também no capítulo da segurança, área de grande importância para que o ambiente dos negócios se possa desenrolar com a credibilidade e a segurança desejados, Portugal surge neste relatório como o 7º país mais seguro e tranquilo do mundo.

Outros dados apresentam Portugal como sendo o 3º país da OCDE mais eficiente na promoção da banda larga, mas também como um dos países onde mais se tem conseguido melhorar os prazos de pagamento da Administração Pública.

Mas as boas notícias não se ficam por aqui. No comércio electrónico, por exemplo, os sites registaram um aumento de volume de vendas de cerca de 88%, números que foram divulgados recentemente pela Associação do Comércio Electrónico de Portugal.

O barómetro desta associação revela, por outro lado, que 74,3% dos sites inquiridos tiveram um aumento do número de clientes entre 1% e 50%. R.S.A.

Educação em debate no Porto

A DEFESA da escola pública foi o traço comum das intervenções de Manuela de Melo, deputada do PS, e Manuel Sarmento, da Universidade do Minho, oradores convidados do debate sobre “Nova esquerda e educação: que políticas?”, promovido pela corrente Opinião Socialista do Porto, que decorreu no Instituto Superior de Serviço Social.

Na sua intervenção neste debate moderado por Jorge Martins, inserido no ciclo “Novos rumos para a esquerda”, a deputada socialista Manuela de Melo passou em revista as medidas que o Governo tem vindo a tomar desde a sua tomada de posse com vista à melhoria do ensino, como a reabilitação da rede escolar, o apoio à formação dos professores, o plano nacional de matemática, a prioridade ao 1º ciclo e o reforço da autonomia das escolas, entre outras, sublinhando que “o objectivo do sistema de ensino é criar igualdade de oportunidades para todos”.

Por isso, disse, “só com bons resultados é que a escola cumpre a sua missão”.

Manuela de Melo salientou ainda que a defesa da escola pública por parte do Ministério da Educação marca a diferença com a direita, que preconiza o seu desmantelamento, e com os partidos à esquerda do PS, que defendem a escola como existia.

Por sua vez, o professor Manuel Sarmento afirmou que o Ministério da Educação gerou expectativas importantes, ao apostar na criação de um espaço público educativo empreendedor, diferenciando-se da lógica neoliberal dos ministros dos anteriores governos do PSD/CDS.

No entanto, sublinhou que há desentusiasmo, porque existe uma ruptura entre os objectivos anunciados e a sua concretização, já que, na sua opinião, o Governo abandonou o objectivo do combate às desigualdades em detrimento da qualificação dos portugueses.

E manifestou-se ainda contrário àquilo que chamou de “empresarialização” das escolas e considerou que a actual política do Governo favorece a privatização do ensino e a dualização do sistema.

Com mais esta iniciativa, a corrente de Opinião Socialista, liderada pelo camarada Manuel Alegre, tem como objectivo “continuar a promover a reflexão crítica sobre as questões que mais influenciam os rumos de desenvolvimento do país e a adequação das políticas públicas, não só no seio do PS mas também na sociedade e, em particular, entre as novas correntes político-ideológicas da esquerda independente”.

A corrente Opinião Socialista refere que “a experiência governativa dos últimos três anos tem gerado perplexidade, decepção e algum desânimo em muitos militantes e numa parte importante do eleitorado tradicional do PS, nomeadamente entre os professores”. Por isso, considera que “há boas razões para uma discussão franca e aberta sobre as políticas educativas de que o país precisa, tendo como pano de fundo algumas perguntas estratégicas: Para onde vamos? Para o social-liberalismo da Terceira Via? Para uma sociedade mais justa e educadora?”. J.C.C.B.

Tratado de Lisboa é essencial para a União Europeia

“NÃO HÁ alternativa ao Tratado de Lisboa”. Esta a convicção expressa pelo primeiro-ministro português, José Sócrates, ao discursar no Conselho Europeu que decorreu a 19 e 20 de Junho, em Bruxelas, ocasião em que defendeu a necessidade de prosseguir com os processos de ratificação do documento assinado na capital portuguesa a 13 de Dezembro de 2007.

“O Conselho deseja que o Tratado de Lisboa entre em vigor o mais rapidamente possível, porque é essencial para a União Europeia” (UE), venceu Sócrates no final da Cimeira de chefes de Estado e de Governo dos 27, dominada pela discussão sobre as consequências da vitória do “não” no referendo realizado recentemente na Irlanda.

Considerando compreensível que muitos países achem que a Europa deve decidir o seu problema institucional antes de pensar em novos alargamentos, Sócrates reforçou a ideia de que o texto assinado sob os auspícios da presidência portuguesa é essencial para a UE, sobretudo para responder aos problemas dos cidadãos, da economia europeia, mas também do mundo, e não apenas para fazer face às questões colocadas pela entrada de mais um ou dois membros na União.

“É para fazer face a muitos problemas políticos para além do alargamento”, insistiu.

Apesar de sublinhar alguma urgência neste processo, José Sócrates defendeu a necessidade de se lidar com o problema irlandês de forma serena, indicando que a outra mensagem que sai da Cimeira da UE relativamente à questão do processo de ratificação foi a de “respeito por aquilo que foi a vontade do povo da Irlanda” e uma “particular atenção às preocupações que esses eleitores manifestaram”.

“Respeitamos a sua vontade e queremos ter uma resposta europeia para esses cidadãos que votaram ‘não’ ao tratado. Queremos encontrar uma resposta jurídica que permita ir ao encontro daquilo que foram as motivações desses irlandeses”, disse, apontando de seguida que, “de acordo com a sugestão irlandesa”, a questão voltará a ser discutida no próximo Conselho Europeu, em Outubro, e, até lá, Dublin procurará identificar as “razões para o não”,



para depois, em colaboração com os restantes 26 Estados-membros, tentar encontrar soluções.

A outra ideia consensual no encontro de líderes europeus foi a de que o processo de ratificação do Tratado de Lisboa deve prosseguir nos sete membros que ainda não se pronunciaram.

Assim, os líderes da UE decidiram concentrar-se para já no estudo de medidas face ao impacto do au-

mento dos combustíveis, visando minimizar os efeitos desta crise numa subida generalizada de preços, e dar mais tempo para uma reflexão ponderada sobre o caminho a seguir após o novo impasse que afecta o projecto europeu.

Apostar na alternativa dos carros eléctricos

Relativamente à escalada dos preços dos combustíveis e alimentos, os 27 estudaram as propostas feitas pela Comissão Europeia, nomeadamente o combate à especulação nos mercados petrolíferos.

Sobre esta temática, o chefe de Governo português avançou que o nosso país está a avaliar a possibilidade de aplicar a chamada taxa “Robin dos Bosques”, que consiste na subida de impostos para as petrolíferas e na aplicação da verba em apoio social.

E destacou a insistência dos líderes dos 27 na importância da política europeia de energia, “como resposta estrutural à dependência

do petróleo”, nomeadamente através do investimento nos biocombustíveis, energias renováveis e eficiência energética.

As conclusões da cimeira europeia referem “o papel que os carros eléctricos podem desempenhar, enquanto elemento fundamental para que o sector dos transportes possa ter uma menor dependência do petróleo”, acrescentou, mencionando ainda as ajudas previstas para o sector das pescas, “um dos mais atingidos pelo aumento dos preços do petróleo”.

Sócrates sustentou também a necessidade, na actual conjuntura de crise, de uma resposta conjunta dos 27 para contrariar o aumento dos preços dos combustíveis e produtos alimentares, nomeadamente através da penalização dos especuladores.

Nesta ordem de ideias, o primeiro-ministro português defendeu também um reforço do investimento em novas tecnologias, visando substituir sustentadamente os carros a combustão por automóveis eléctricos.

De referir que o recente encontro dos líderes europeus assinalou o final da presidência da Eslovénia, que a 1 de Julho é substituída pela França na condução rotativa do bloco europeu. **M.R.**

Governo tomou medidas para minimizar impacto da crise dos combustíveis

FAVORECER os clientes regulares do transporte público, impedindo que haja um aumento intercalar dos passes sociais, e minimizar os impactes da crise dos combustíveis nos agentes transportadores, promovendo a sua maior sustentabilidade e competitividade, são os objectivos centrais de um pacote de medidas de apoio ao transporte público rodoviário de passageiros (veículos pesados) acordadas recentemente entre o Governo e a ANTROP.

Visando a implementação de uma política de mobilidade sustentável, assente no incentivo à utilização do transporte público colectivo de passageiros, e de preocupação social, em particular com as pessoas mais desfavorecidas, o Executivo do PS decidiu pagar indemnizações compensatórias para manter em vigor os preços actualmente praticados, no segundo semestre de 2008,



em vários títulos de transporte.

Na área Metropolitana de Lisboa, serão abrangidos pelo acordo de indemnizações os passes L, L1, L12, L123, 12, 23, 123, L123 (SX) e L123 (MA), nas modalidades normal, crianças, terceira idade, reformados/pensionistas e fim-de-semana.

Já na Área Metropolitana do Porto, inclui-se no acordo a assinatura Andante nas modalidades normal, 10/16, crianças,

estudantes, terceira idade e reformados/pensionistas.

O Governo e a ANTROP acordaram igualmente que os operadores privados não aumentarão os preços dos passes próprios e combinados e das assinaturas, a nível nacional, durante o segundo semestre de 2008, podendo apenas aumentar os preços dos títulos ocasionais, bilhetes e pré-comprados, a partir de 1 de Julho de 2008, no máximo de 5,83%.

Quanto às medidas de apoio e incentivo à sustentabilidade das empresas de transporte rodoviário de passageiros, o Governo socialista comprometeu-se a reforçar os incentivos financeiros a projectos de melhoria de eficiência das empresas, como o Bilhética e o Sistemas de Ajuda à Exploração.

Neste ponto, ficou ainda estabelecido proceder a um incentivo fiscal à renovação

de frota, desde que exista uma melhoria do desempenho ambiental dos veículos, bem como a manutenção da taxa de Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP), pelo prazo de um ano.

A majoração das despesas com combustível para efeitos de IRC, a criação de grupos de trabalho para avaliação de propostas de adaptação da legislação laboral às especificidades dos trabalhadores móveis do transporte rodoviário e revisão do regime de acesso e manutenção na actividade do transporte rodoviário de passageiros, efectuado por meio de veículos pesados, a aprovação de Acções de Formação de Qualificação de Activos, no âmbito do POPH/QREN, e de acções de Consultoria-Formação no âmbito do POPH/QREN, são outras medidas contidas no pacote acordado entre o Governo e a ANTROP. **M.R.**

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa